

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Desenvolvimento Local, Governança Colaborativa e Associativismo:
Dinâmicas de mobilização para a ação no contexto do Município de Peniche

Cláudia Sofia Tavares Gomes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador(a):

Doutora Maria João Lopes Freitas, Investigadora Auxiliar,
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Co-orientador(a):

Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

Ao José Francisco e à Maria da Conceição!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho reflete a partilha de experiências, conhecimentos, reflexões e inquietações. As palavras que se seguem não esgotam o carinho e a gratidão que sinto por vós!

À minha orientadora Maria João Freitas por todo o apoio, confiança, imensa paciência e disponibilidade. Pela sua capacidade de fazer caminhar segura para fora da minha zona conforto e pela partilha de experiências e conhecimento de uma sociologia da e para a ação.

Ao meu coorientador, Professor José Manuel Henriques, pela partilha de conhecimentos e reflexões e, principalmente, por ter despoletado o bichinho da intervenção para o bem comum.

À Vereadora Clara Abrantes pela oportunidade e confiança. Ao Dr. Victor Ramos pelas discussões sociológicas e pela disponibilidade para partilhar esta emboscada.

A todos/as os/as dirigentes associativos e presidentes das Juntas de Atougua da Baleia, Ferrel, Peniche e Serra d'El Rei, que disponibilizaram o seu tempo e partilharam o seu conhecimento e pensamentos.

Ao Ricardo Alves, pela disponibilidade, presença e apoio ativo.

À Gena por todo o apoio, energia e conversas deste e do outro mundo.

A todas as pessoas que me acompanharam na experiência “*Jovens djunto pa um sociedade civil midjor*”, que me fizeram compreender o papel do associativismo nas sociedades atuais. À Laura Visentim pela amizade e pelas longas caminhadas reflexivas.

À Apelação por todas as oportunidades de crescimento, aprendizagem e amizade. Fortaleceram-se laços que não se quebram, nem com distâncias continentais! Continuamos “*Juntos por um mundo melhor*”.

Ao Pedro Gomes e à Cátia Dias pelo suporte ilimitado e por todos os momentos especiais e caricatos de uma vida em comum.

To Matthias for all the cheer and hopeful candles.

À minha amiga e amigos sociólogos – Cláudia Marcelino, Miguel de Barros e Dautarin da Costa – pela amizade e pela troca e aprofundamento de saberes.

Ao Paulo Dias e à Cristina Jardim pela amizade, motivação e apoio incondicional.

Ao Nuno Évora por todo o carinho e inspiração!

Às pedras fundamentais do meu ser e estar – ao meu pai, à minha tia Paz, à minha avó Eulália, à minha mãe, à Nadine, à Beatriz, à Bruna, ao Diogo, às minhas sobrinhas, aos meus tios e tias e primos e primas.

RESUMO

O associativismo é visto como uma força estratégica no quadro do desenvolvimento local que contribui para a promoção da coesão social e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. A abordagem ao associativismo não pode deixar de ter por referência o panorama atual de complexificação dos problemas sociais, que tem exigido a mudança de paradigmas e a experimentação de respostas inovadoras ajustadas às particularidades dos problemas e às especificidades contextuais onde estes se inserem. Neste sentido, a partir de um estudo de caso focalizado na realidade do concelho de Peniche, este trabalho pretende contribuir para a análise e compreensão das dinâmicas contextuais e das características do movimento associativo, assim como para a reflexão em torno das condições facilitadoras da mobilização da ação coletiva e da criação de novas formas de regulação social com base na noção de governança. Pretende-se também sugerir pistas de orientação estratégica para o fomento da mobilização da ação coletiva do tecido associativo em prol do desenvolvimento local.

Palavras-Chave: desenvolvimento local, associativismo local, governança colaborativa

ABSTRACT

The local voluntary associations are frequently seen as a strategic force in the context of local development due to their potential to contribute to the well being of the communities and to promote social cohesion. The complexity of social problems requires paradigms shift and a search for new answers, that take into account the local perspective and contextual specificities where and as the problems emerge. This work is a study case focused on the municipality of Peniche, which aims to contribute to the analysis and understanding of contextual and dynamic characteristics of the associative movement; it furthermore reflects on the conditions that facilitate the mobilization of collective action and the foundation of new forms of social regulation based on the notion of governance. This study also aims to identify key clues for the collective action mobilization of the local voluntary sector to stimulate local development.

Keywords: local development, local voluntary associations, collaborative governance

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. Desenvolvimento Local	3
1.2. Associativismo e a (re)construção de processos de ação coletiva	7
1.3. Governança como forma de mobilização da ação coletiva.....	10
1.3.1. Governança Colaborativa: um novo modelo.....	11
2. PERCURSO METODOLÓGICO	15
2.1. Questões orientadoras	15
2.2. Contextualização.....	16
2.3. Estratégia de Investigação	16
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	19
3.1. Caracterização geral do concelho de Peniche.....	19
3.2. Caracterização geral do tecido associativo	20
3.3. Apresentação e análise das dinâmicas contextuais e associativas	25
4. CONCLUSÕES	34
4.1. Síntese.....	34
4.2. Propostas para a ação.....	36
4.3. Caminhos para a ação coletiva em prol do Desenvolvimento Local	38
5. BIBLIOGRAFIA	41
ANEXOS.....	44

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Informações gerais das Associações Entrevistadas.....	17
Quadro 3.1 – Indicadores gerais do concelho de Peniche e respetivas freguesias.....	19
Quadro 3.2 – População total por freguesia pelo número total de associados.....	23
Quadro 3.3 – Distribuição dos equipamentos associativos pelas freguesias do concelho de Peniche.	24
Quadro 4.1 – Ação das associações e do poder local por dimensão do desenvolvimento local.....	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Modelo de Análise.....	15
Figura 3.1 - Mapa da sub-região do Oeste - NUTS III.....	19
Figura 3.2 - Mapa das Freguesias do Concelho de Peniche.....	19
Figura 3.3 – Número de associações segundo o ano de fundação.....	21
Figura 3.4 – Percentagem de Associações por Área de Intervenção.....	22
Figura 3.5 – Percentagem de trabalhadores por categoria profissional.....	24
Figura 3.6 – Tipo de dificuldades sentidas pelas Associações.....	25

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento local emerge da necessidade de encontrar respostas alternativas aos desafios e problemas sociais contemporâneos e da reconceptualização teórica, epistemológica e prática do conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento local coloca o âmago da sua intervenção na ênfase do local e da animação de estruturas sociais e políticas locais. O realce do local permite a valorização das características específicas territoriais (históricas, culturais, relacionais) e possibilita a criação de respostas sustentáveis e inovadoras aos problemas e necessidades locais. Ao reconhecer e impulsionar a capacidade de ação dos atores locais, o desenvolvimento local possibilita a identificação e mobilização de recursos endógenos e exógenos, originando processos de transformação realidade local, com base nos valores do “outro” desenvolvimento. A este conceito está subjacente uma multiplicidade de significados complexos e até controversos. Com base no paradigma territorialista, o desenvolvimento local apresenta-se como uma proposta de ação para a mudança social centrada nas pessoas, onde se procura promover o bem-estar da comunidade e a criação de condições para responder aos problemas e necessidades locais de forma participativa. Assim, e de modo a delimitar o campo de análise, neste estudo serão abordadas as temáticas relativas à ação coletiva da iniciativa local em prol do desenvolvimento local do concelho de Peniche, sendo a iniciativa local representada pelas associações voluntárias locais e pelas entidades estatais de poder local – a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Assim, intimamente ligado à operacionalização do conceito de desenvolvimento local surge o conceito de governança. Esta noção reivindica uma maior participação da comunidade nos espaços de decisão pública e maior abertura e descentralização destes espaços tradicionalmente centrados no Estado. Privilegia o envolvimento e a responsabilização dos diferentes atores sociais na construção coletiva da realidade social e na criação de novas formas de regulação social ajustadas às características específicas de cada localidade e comunidade. Devido à diversidade conceptual que a governança abarca, optou-se pela utilização do conceito de governança colaborativa por este valorizar o papel do Estado enquanto facilitador, dinamizador e coordenador e por reforçar a participação dos atores sociais nos processos de decisão coletiva.

A escolha das associações locais como objeto empírico decorre do reconhecimento da sua importância nos processos de desenvolvimento local, na sua relação com o Estado, representado pelo poder local, face ao papel que lhe é atribuído e que este desempenha no desenvolvimento local e, conseqüentemente, na dinamização e envolvimento das associações nestes processos. A opção por estes atores está, assim, relacionada com a opção conceptual de trabalhar o “outro” desenvolvimento que recomenda o cruzamento do contributo das abordagens “de baixo para cima” e de “cima para baixo”.

Posto isto, é ambição desta investigação que agora se apresenta poder contribuir para a discussão em torno das estratégias de mobilização do tecido associativo através da implementação de políticas públicas participadas que promovam o desenvolvimento local. O presente trabalho propõe-se, assim, a analisar e compreender as dinâmicas contextuais e associativas que caracterizam o concelho de Peniche, de modo a depreender quais as condições de partida para a construção de um processo de governança colaborativa, dando relevo aos seguintes pontos:

1. Caracterização do tecido associativo do concelho de Peniche;
2. Análise das autorrepresentações e representações sobre o papel das associações no desenvolvimento local;
3. Compreensão das dinâmicas territoriais de estímulo ou inibição da ação coletiva das associações em prol do desenvolvimento local;
4. Identificação de estratégias de intervenção adequadas para a promoção da mobilização da ação coletiva do tecido associativo nos processos de desenvolvimento local.

A preferência por estas temáticas prende-se com (i) a valorização da importância do trabalho (voluntário) das associações na promoção do bem-estar social e da qualidade de vida das comunidades locais; (ii) a pertinência e atualidade destas temáticas; e (iii) pelo fato de não haver muita documentação sustentada teoricamente, sobre o contexto português. De referir que esta abordagem decorre igualmente da oportunidade de estar a realizar um estágio na Câmara Municipal de Peniche na área do associativismo e desta entidade de acolhimento pretender iniciar um processo de mobilização coletiva do tecido associativo em prol do desenvolvimento do município. A escolha do concelho de Peniche como contexto empírico oferece assim especial pertinência por esta autarquia estar ligada ao reconhecimento da importância da criação e implementação de estratégias participativas e inovadoras de intervenção para a promoção do desenvolvimento local.

Este estudo dividir-se-á em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento teórico e compreende a reflexão e o aprofundamento dos debates teóricos em torno dos conceitos que orientam este estudo – desenvolvimento local, associativismo e governança colaborativa. O segundo capítulo apresenta o percurso metodológico, aprofundando as questões ligadas à operacionalização conceptual e à metodologia utilizada. O terceiro capítulo debruça-se sobre o contexto empírico e a apresentação e análise dos dados recolhidos. No quarto capítulo expõe-se as conclusões finais, identificam-se linhas de orientação para a mobilização do tecido associativo em prol do desenvolvimento local e evidenciam-se caminhos para outras reflexões e investigações.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento ganhou proeminência nos discursos político e acadêmico no pós Segunda Guerra Mundial e desde então tem sido alvo de contínua adaptação e transformação conceptual, que se tem traduzido numa evolução pouco linear e até mesmo pouco consensual. A noção de desenvolvimento, na sua origem, emerge associada às problemáticas da “mudança”, do “progresso”, do “bem-estar” e “riqueza”, e às questões ligadas ao desenvolvimento e crescimento económico e da “modernização” e “industrialização”. Esta noção de desenvolvimento proliferou até o princípio dos anos 70, sendo-lhe atribuída a designação dos 30 “anos dourados” (Amaro, 2004). Porém, este tipo de desenvolvimento é frequentemente associado ao aumento da gravidade dos “problemas sociais” nos países ditos “mais desenvolvidos”, ao agravamento dos custos sociais e ambientais e à acentuação do desfasamento entre os países “desenvolvidos” e os países “em desenvolvimento” (Henriques, 1990:44).

A insatisfação e controvérsia com esta noção de desenvolvimento abriu espaço à sua reformulação, fazendo emergir reconceptualizações de desenvolvimento que visam a promoção da valorização global das pessoas e das sociedades, e a transformação das estruturas económicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Assim, no final dos anos 60 e no início da década de 70 assistiu-se a uma intensa busca de novas conceptualizações, abordagens, estratégias e práticas de desenvolvimento. Paralelamente à reformulação dos conteúdos conceptuais do conceito de desenvolvimento, a própria ciência assistia à emergência de novos paradigmas relativamente às formas de produzir e organizar o conhecimento científico, passando, por exemplo, a valorizar a indução (Amaro, 2004: 63). É a partir da incorporação das experiências de terreno, que surgem os grandes contributos à edificação “alternativa”¹ do desenvolvimento, com especial destaque para o desenvolvimento comunitário e para o papel da Fundação Dag Hammarskjöld. Na década de 60, as Nações Unidas implementaram as primeiras experiências de desenvolvimento comunitário que concluíram que a mudança socioeconómica estava dependente de mudanças nas atitudes e comportamentos ao nível individual e coletivo, defendendo a importância da ação coletiva e do “critical thinking” (Henriques, 2006). A reflexão teórica promovida pela Fundação Dag Hammarskjöld com o relatório “What Now? Another Development”² (1975) e a sua revista “Development Dialogue” resultaram na edificação do conceito de “another development” (“outro desenvolvimento”) (Henriques, op. cit.). Segundo este Relatório desta Fundação: “another development is people-centred, geared to the satisfaction of basic human needs – both material and, in its broadest sense, political; it is self-reliant, endogenous, ecologically sound and based on democratic,

¹ Para mais informações consultar Henriques (2006).

² Disponível em: <http://www.dhf.uu.se/publications/development-dialogue/what-now-the-1975-dag-hammarskjold-report-on-development-and-international-cooperation/> (consultado a 28/08/2014).

political, social and economic transformations, which alone will make possible the attainment of the other goals. (...) It is a participatory process” (Dag Hammarskjöld Foundation).

É neste contexto de efervescência conceptual, epistemológica e prática em torno do conceito de desenvolvimento, que emerge o conceito de desenvolvimento local. A fundamentação teórica deste conceito conta atualmente com o contributo de diversas perspetivas, citadas por Henriques (*Apud*, 2014)³, designadamente: de “desenvolvimento regional endógeno” (Stöhr e Tödting, 1976, 1977, 1982; Stöhr, 1981, 1983, 1984, 1986, 1987, 1990; Friedmann and Weaver, 1979); de estratégias de “retorno à subsistência” (Weaver, C., 1984; Wheelock, J., 1992); de estratégias de “empowerment” (Friedmann, J., 1992); de estratégias de “desenvolvimento comunitário” (Chanan, 1992); de “locality studies” (Bagguley et al, 1990; Cook, 1985; Urry, 1985); de estratégias de “desenvolvimento territorialmente integrado” (Moulaert, 2002; Moulaert et al 1991); de perspectivas “institucionalistas e realistas do desenvolvimento regional” (Amin, 1994; Malecki and Tödting, 1994; Novy, 1992; Storper, 1995; Syrett, 1995); de estratégias centradas na valorização do “capital social” (Putnam, 1993); e estratégias de valorização do “capital territorial” (Camagni, R., Capello, R., 2013). Este conceito devido à sua complexidade, ampla utilização e multiplicidade de contribuições teóricas, epistemológicas e conceptuais está longe de corresponder univocamente a um significado ou a um conjunto de significados. Deste modo, serão abordadas as contribuições que possibilitem a constituição de um quadro de referência coeso que nos permita compreender o conceito de desenvolvimento local na perspetiva da ação coletiva da iniciativa local para a promoção de bem-estar e qualidade de vida de um dado território.

Seguiremos assim o argumento de Henriques assente na perspetiva de que a constituição da abordagem “alternativa” de desenvolvimento local decorre em larga medida da mudança de paradigma do desenvolvimento regional (2006, 2014), e mais concretamente, da emergência de estratégias e políticas alternativas de desenvolvimento regional endógeno, alicerçadas no paradigma territorialista. Este paradigma surge em oposição ao paradigma funcionalista, que tem por base uma visão meramente “economicista” do desenvolvimento e que em termos operacionais se baseia na implementação de estratégias de intervenção de “top down” (“de cima para baixo”), assentes na ação centralizadora do Estado-Nação na definição de políticas de desenvolvimento regionais. O paradigma territorialista, por sua vez, defende um modelo de intervenção “bottom up”⁴ (“de baixo para cima”), que segundo Henriques, tem por base um conjunto de valores fundamentais, dos quais merecem relevo: “1) a satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, entendida como melhoramento das condições de vida da população de qualquer sociedade territorial em termos quantitativos e qualitativos; 2) o desenvolvimento ser determinado pela população enraizada em determinado território com base na mobilização integral de todos os seus recursos naturais, humanos e

³ Para aprofundar estas perspetivas consultar Henriques, 2006.

⁴ Para mais informações sobre do desenvolvimento ‘de baixo para cima’ consultar: Stöhr, W. (1981), ‘Development from Below: the Bottom-up and Periphery-inward Development Paradigm’, in Stöhr, W. and Taylor, D.R. (eds), *Development from Above or Below?*, John Willey and Sons, Chichester.

institucionais para a satisfação prioritária das suas necessidades básicas; 3) o desenvolvimento ser igualitário e comunalista por natureza; d) o desenvolvimento assentar num grau elevado de autodeterminação territorial (“self-reliance”); 4) a centralidade do desenvolvimento nas pessoas e não exclusivamente nos lugares; 5) a defesa de um crescimento económico seletivo, orientado para a redistribuição em que se atribui prioridade ao envolvimento de toda a população numa atividade produtiva (criação de emprego); e ainda 6) o desenvolvimento pressupor estruturas de tomada de decisão articuladas territorialmente e a várias escalas” (Henriques, 1990: 53).

Esta mudança de paradigmas contribuiu para contrariar a ênfase excessiva do desenvolvimento nas questões ligadas ao crescimento económico e à sua quantificação, atribuindo maior visibilidade e igual importância às dimensões “não económicas” e aos aspetos qualitativos do desenvolvimento, criando assim, condições para a proposta “alternativa” de desenvolvimento, abordada anteriormente. Para Henriques o grande contributo da mudança de paradigmas para o desenvolvimento local deve-se fundamentalmente à ênfase colocada (i) na intervenção territorial em escalas mais pequenas, por intermédio da integração de recursos territoriais disponíveis e (ii) na mobilização de estruturas sociais e políticas territorialmente organizadas que possibilitem a descentralização institucional e a participação dos diferentes atores locais (Henriques, 2006).

A delimitação da ação para territórios de pequena escala permitiu a flexibilização e a adequabilidade da dimensão do espaço. Esta passa a ser definida, não pelos limites das unidades e divisões territoriais, mas sim pelo “espaço” que configura a teia de interesses e problemas, de relações de proximidade e da partilha de uma cultura e identidade. A relevância do território (local) levou à sua conceptualização enquanto um “capital territorial” materializado num conjunto de recursos “convencionais” e “não convencionais” existentes num dado território. A inovação desta conceptualização prende-se com a valorização de uma noção mais abstrata do local, que se refere aos seguintes elementos, identificados por Camagni: (i) “a system of localised externalities, both pecuniary (where their advantages are appropriated through market transactions) and technological (when advantages are exploited by simple proximity to the source); (ii) a system of localised production activities, traditions, skills and know-how; (iii) a system of localised, proximity relationships, which constitute a “capital” – of a social, psychological and political nature – in that it enhances static and dynamic productivity of local factors; (iv) a system of cultural elements and values which attribute sense and meaning to local practices and structures and define local identities; they acquire an economic value whenever they either can be transformed into marketable products – goods, services and assets – or boost internal capability of exploitation of local potentials; (v) a system of rules and practices defining a local governance model” (2008: 32). É importante reforçar que o “capital territorial” só se constitui enquanto recurso quando é identificado como tal, só depois podendo ser mobilizado. Nesta perspetiva a mobilização dos recursos não deve igualmente limitar-se às potencialidades locais. Esta deve abrir-se aos sistemas extra locais, porque por vezes a viabilização de

recursos endógenos só é possível através da articulação com recursos exógenos⁵. Neste sentido o desenvolvimento local tem de ser visto como um sistema de relações que podem extravasar os seus limites físicos e, conseqüentemente, equacionar um sistema de recursos como uma coprodução local, independentemente destes serem locais ou não.

O surgimento do conceito de “capital territorial” está intimamente ligado ao desenvolvimento da noção de “capital social” de Robert Putnam (1993, 1995). De acordo com Siisiäinen, o conceito de capital social divide-se em três componentes principais: (1) as normas e obrigações morais, os valores sociais (especialmente de confiança) e as redes sociais (associações especialmente voluntárias) (2000). Segundo o mesmo autor, a tese central de Putnam é que se um local tem um bom sistema económico e um bom nível de integração política, deve-se ao facto de haver uma acumulação de sucesso de “capital social” (op. cit.). O “capital social” aparece como um fator importante para a eficiência do “mercado”, ou pelo menos para um “mercado mais justo”, uma vez que fomenta a proliferação de valores nas relações económicas tais como, a honestidade, a confiança e a ética no negócio. “One should expect that members of communities with high stocks of social capital tend to be more able to costlessly monitor one another’s behavior, reach informal understanding and agreements, enforce contracts, resolve disputes amicably” (Bartoni e Bonatti, 2007). A relação entre a existência de “capital social” e a sua contribuição direta para o desenvolvimento local é questionável. As diversas abordagens teóricas, analisadas neste estudo, defendem que o “capital social” é um elemento crítico para a promoção do desenvolvimento, não obstante, alertam que a sua mobilização nem sempre é espontânea ou consensual. Deste modo, quando se está perante a “não emergência” da iniciativa local é necessário descobrir o que provoca essa inibição. Quando se está perante a não participação ou a participação conflitual, é fundamental encontrar estratégias de mobilização, tais como a mediação de processos, a criação de lideranças específicas e/ou a implementação de estratégias de animação. É devido a este fenómeno, da não emergência da iniciativa local, que Henriques defende que o desenvolvimento local, não deve ser exclusivamente endógeno promovido “de baixo” (2006, 2014).

A análise das condições contextuais com base no “capital social” e “capital territorial” são fundamentais para a edificação de uma estratégia de desenvolvimento local, ajustada à realidade do local que se pretende intervir. Segundo Henriques, o desenvolvimento local não é sinónimo da disponibilidade de recursos locais e da existência de iniciativa local⁶, é necessário induzir mudanças contextuais duradouras, ao nível económico e social, no que respeita à mobilização, valorização e controle dos recursos locais (2006, 2014). Neste sentido, é importante analisar o território e

⁵ A título exemplificativo, no caso de Peniche, a qualidade das ondas para a prática de surf foi identificada como um recurso. Se este recurso fosse explorado apenas ao nível local, a sua influência em termos económicos e sociais seria mínima. Contudo houve a necessidade de combinar este recurso com recursos exógenos. Neste caso, este “casamento” deu-se através da realização de uma etapa do campeonato mundial de surf em Peniche. A projeção internacional reforçada com o marketing territorial, realizado pelo Município de Peniche – “Capital da Onda” – criou um nicho de mercado que tem tido um papel muito importante na revitalização da atividade económica local.

⁶ A iniciativa local pode assumir três dimensões: autoridades públicas, “sector autónomo” (associações, empreendedorismo não-tradicionais, organizações da “economia social”, etc) e a iniciativa empresarial local.

compreender a “interdependência complexa entre os aspetos de ordem ecológica, económica, sociocultural, política e psicológica subjacentes à inibição da iniciativa local na resposta à “desintegração local” (Henriques, 2014) e “identifying the structural nature of the factors inhibiting local initiative, namely those factors leading to conditions that are not conducive to the collective capacity for initiative and organisation” (Henriques, 2006: 289). De acordo com o relatório europeu “Inventory of Community Action to Support Local Development and Employment”, “os obstáculos ao desenvolvimento local situam-se menos no plano financeiro e mais no plano das “mentalidades e da organização administrativa” (Henriques, 2014), ou seja, no plano da estruturas sociais e políticas.

O desenvolvimento local apresenta perspectivas para a ação capazes de impulsionar a resolução dos problemas contemporâneos e as necessidades locais. Henriques reforça que tal só é possível através do reconhecimento do papel do Estado, uma vez que este pode promover ou bloquear o desenvolvimento local (2006, 2007). Uma forma de promover o desenvolvimento, é através da utilização das suas competências políticas e de planeamento, de modo a orientar a sua regulação para o reforço da capacidade de iniciativa e de organização das comunidades locais, descentralizando e a centralizando a sua ação (Henriques, 2006). Ou seja, através da reformulação do seu papel e do fomento à criação de novas formas de ação coletiva. Deste modo, depreende-se que as respostas para os problemas e necessidades locais contemporâneas estão na “construção de solidariedades” para a mobilização de recursos locais entre as entidades públicas, privadas e da sociedade civil. Neste sentido, Henriques defende que as “local authorities or other agencies may act as formal leaders animating the local community around “visions” of desirable futures”, de modo a encontrarem soluções para os problemas locais (op. cit.: 294). A animação pressupõe a motivação da população local para a transformação e criação de novas relações sociais assentes nos valores de uma cidadania solidária e ativa (“capital social”) e a promoção do “interesse territorial”, entendido como o “interesse coletivo” ao nível das comunidades locais (“capital territorial”).

Em síntese, o desenvolvimento local, assente na lógica do “outro” desenvolvimento, tem por objetivo a mudança com o intuito de promover o bem-estar e a qualidade de vida de uma comunidade de um dado local, através: (i) da mobilização dos recursos endógenos e exógenos; (ii) da dinamização da capacidade de iniciativa e organização coletiva de base territorial; (iii) da intersecção entre a abordagem “de baixo para cima” e de “cima para baixo” (para e com as pessoas); (iv) da valorização do “capital” territorial e social; e (v) da ação integrada, abarcando as dimensões económica, social, política (democrática) e ambiental.

1.2.Associativismo e a (re)construção de processos de ação coletiva

Nas últimas duas décadas, as temáticas ligadas ao associativismo de cariz voluntário voltaram a ganhar interesse nos debates académico, político e social. Este destaque deve-se à reflexão e à experimentação em torno da reestruturação da democracia (associativa/ participativa), da eficácia da gestão pública (governança), da descentralização das políticas públicas, da promoção do

desenvolvimento e da defesa dos direitos humanos e da equidade social. De acordo com Viegas, as propostas teóricas contemporâneas, na sua generalidade, têm por base a crença nas virtudes cívicas e democráticas do associativismo e parecem ir ao encontro às concepções liberais defendidas por Alexis Toqueville (Viegas, 2004) apresentando as associações voluntárias como espaços de liberdade e de igualdade, que estimulam a participação social e a criação de uma consciência coletiva e se constituem enquanto formas de luta contra a tirania do Estado (Viegas, 1986). De acordo com Albert Meister, uma associação é “todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas e interesses” (Albert Meister, 1972, *apud* Viegas, 2004:34).

O mundo associativo contribui ativamente para o equilíbrio e a coesão social e está presente nas diversas áreas que constituem a atividade humana. As virtudes e benefícios das associações voluntárias estão relacionados com a capacidade de impulsionarem a constituição de redes de solidariedade e de cooperação social com base na confiança social e de promoverem a educação cívica dos cidadãos e das cidadãs criando oportunidades para sua integração (capital social). Relativamente ao papel específico das associações na renovação da democracia e na promoção de formas de participação na vida social, Guerra (2006) alega que existe uma maior tendência para a participação quando os indivíduos desenvolvem experiências de cooperação em organizações, visto que: “1) a participação aumenta a capacidade de entendimento dos problemas e a possibilidade de estes assumirem significados coletivos; 2) a interação com outros indivíduos, incluindo decisores, aumenta e estimula a atividade política; 3) a pertença a organizações aumenta o acesso à informação e fornece recursos e talentos essenciais para a atividade social; 4) a participação em grupos aumenta a sensibilidade e aceitação do processo democrático; 5) os membros retiram gratificações da sua participação política, o que reforça a sua vontade de participar” (2006: 92). Existem, no entanto, várias críticas que chamam a atenção para efeitos perversos que podem acompanhar este tipo de organizações. Viegas ainda citando vários atores, reúne um conjunto dessas críticas que resumem as implicações cívicas e políticas das associações: ao nível interno. A título de exemplo, e segundo Viegas, Burns (2004) refere-se à “falta de democracia interna nas associações, prejuízo para o interesse geral devido ao efeito de fação, reservas quanto à legitimidade de representação democrática da associações”, e ao nível externo, Rosenblum (1998) e Glaston (1991) apontam para a “ingovernabilidade ou bloqueamento de decisões políticas devido ao ‘diálogo social’, passividade política e conformismo social como resultantes da integração associativa” (*apud*, Viegas, 2004: 34).

No quadro do desenvolvimento local, o associativismo é visto como uma força estratégica que se propõe a concretizar fins sociais e a melhorar as condições de vida das pessoas e das comunidades nas mais diversas dimensões, assumindo um papel fundamental na procura de respostas aos problemas sentidos localmente e na promoção do desenvolvimento local sustentável. Na perspetiva da abordagem do “capital social”, as associações voluntárias são uma forma de interação horizontal muito

importante, que incentivam a interação social e a cooperação entre atores, contribuindo, desta forma, para a “vitalidade comunitária” (Siisiäinen, 2000). Segundo Coelho, “as organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção de solidariedade em comunidade, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania” (2008: 4). A importância da participação das associações nas dinâmicas de desenvolvimento local é ainda reforçada pela urgência do conceito de governança, que será abordado posteriormente.

As sociedades contemporâneas assistem ao enfraquecimento do papel do Estado enquanto regulador social e enquanto figura que mantém a coesão social. Paralelamente emergem atores da sociedade civil que procuram criar respostas alternativas e inovadoras às fragilidades provocadas por estas transformações. Estes atores têm contribuído para a criação de novos significados em torno da conceptualização da mobilização coletiva compondo, segundo Monteiro, uma “nova equação da relação entre o indivíduo e a sociedade, fundada na utopia de conciliar aspirações à autonomia e emancipação com a participação numa ação coletiva solidária capaz de estruturar simbolicamente a coesão social” (2004: 117). Estas novas formas de ação coletiva têm a pretensão de criar novos mecanismos de integração social e de estruturação de ligações sociais, através da inclusão de um terceiro *polo* mediador – a sociedade civil – nas relações Estado-Mercado.

Falar da relevância da ação coletiva faz-nos questionar sobre o que leva os indivíduos a se mobilizarem coletivamente? Qual o tipo de ação coletiva que estará subjacente à formação e ação das associações? Na opinião de Monteiro, as formas de ação coletiva de carácter voluntário insere-se, tendencialmente, no paradigma identitário ou teoria dos novos movimentos sociais, que se sustenta numa base de funcionamento assente na confiança entre os seus membros, construída através da partilha de interesses comuns, valores e identidades, (op. cit.). Segundo Monteiro, o modo de ação destas organizações caracteriza-se ao nível interno por uma estrutura informal e espontânea, com um grau de diferenciação muito reduzido onde as reivindicações surgem da necessidade de criar novas formas de autoexpressão, de garantir os direitos humanos e de um maior acesso à participação política (op. cit.: 123). Relativamente aos valores, a ação coletiva destes atores está orientada para a afirmação de uma orientação identitária e estratégica, pois estes atores lutam pela liberdade e autonomia, contestando contra as estruturas de dominação e lutando pela democratização das instituições sociais (op. cit.: 124). Esta forma de ação coletiva (assente sobretudo em lógicas de afirmação e/ou posições reivindicativas de acesso a direitos) pode, no entanto entrar em confronto com a teoria da mobilização de recursos, segundo a qual a ação coletiva é um processo natural e racional de mobilização de recursos.

Outra forma de ação coletiva que vai de encontro às características das associações voluntárias é a corrente da democracia participativa. Esta corrente privilegia uma abordagem mais politizada. Refere-se à transformação das formas de associação que decorrem da partilha de objetivos comuns e da solidariedade local e apela ao surgimento de novas formas de participação sociopolítica de modo a

fomentar a equidade e justiça social (Guerra, 2006: 93). A origem desta corrente surge ligada à dicotomia entre a racionalidade tradicional e moderna de Tonnies para o qual, a motivação para a ação coletiva se divide em dois tipos de vontades: (i) a vontade orgânica (racionalidade tradicional) ligada ao conceito de comunidade, cuja natureza “é de ordem afetiva e sentimental e corresponde a uma solidariedade profunda feita de sentimentos”, e (ii) a vontade refletida (racionalidade moderna) associada ao conceito de sociedade, que “é racional e abstrata, corresponde ao afastamento dos indivíduos, com relações sociais movidas pelo cálculo e pela utilidade” (Tonnies, 1887, *apud* Guerra op. cit: 90). Habermas, por seu turno, defende uma visão dialéctica entre os dois tipos de racionalidade e propõe a ação comunicacional, segundo a qual “os atores procuram um entendimento sobre uma situação de ação, a fim de coordenar consensualmente os seus lugares e a partir daí as suas ações” (Habermas 1987, *apud* Guerra, op. cit.). Um dos aspetos importantes desta corrente é a centralidade que a identidade e, conseqüentemente, o local apresentam enquanto base da vida coletiva.

Em suma, a mobilização coletiva de associações de cariz voluntário está ligada ao papel dos atores sociais na defesa dos interesses coletivos com base nos valores identitários e de solidariedade. Cada forma de ação coletiva corresponde a um sistema de ação em permanente definição e reconstrução. Neste sentido Melucci, citado por Guerra argumenta que “os indivíduos e os grupos, ao agirem coletivamente, constroem a sua ação através de investimentos organizativos: noutras palavras, definem em termos cognitivos e afetivos o campo das possibilidades e dos limites e simultaneamente ativam as suas relações para gerar significações a esse comportamento coletivo dando sentido ao “viver em conjunto” e aos objetivos que prosseguem” (Melucci, 1996, *apud* Guerra, 2006: 79). Assim, o associativismo enquanto forma de ação coletiva remete-nos para: (i) o local, enquanto contexto espaço-temporal da prática social; (ii) para a comunidade, enquanto sentido de pertença coletiva, de partilha de um espaço e interesses comuns; e (iii) para a identidade, enquanto forma de ser e agir integrada. A identidade compreende os modos de vida, os padrões de cultura e as redes de relações de caracterizam a vida das populações em lugares específicos e ajuda-nos a compreender o seu potencial de iniciativa e participação. No quadro da ação coletiva para a promoção do desenvolvimento local através de processos de governança colaborativa, a participação das associações é um elemento crítico, uma vez que estas são um importante fator de transformação e inovação social, porque integram em si um conjunto de características e valores com um elevado poder de mobilização e agregação, capaz de garantir a eficácia a sustentabilidade da ação.

1.3. Governança como forma de mobilização da ação coletiva

Como vimos anteriormente, as sociedades contemporâneas assistem à complexificação dos problemas e desafios sociais e à emergência de novas formas de participação social, estas transformações estão a provocar mudanças significativas nas dimensões sociais e políticas da gestão pública. As bases estruturais do Estado-Nação e da democracia representativa não estão a responder às necessidades das sociedades contemporâneas e tornou-se inevitável o reforço da democracia

participativa, a promoção da transparência e do acesso à informação pública, a prestação de contas (*accountability*) e o alargamento à participação cívica. A governança tem vindo a ganhar popularidade nos discursos sobre as políticas públicas e as formas de gestão pública e apresenta-se como uma resposta efetiva à resolução dos problemas locais, através da coligação entre os sectores público, privado e a sociedade civil.

O conceito de governança nasce da reflexão, iniciada pelo Banco Mundial, sobre as condições que garantem um Estado eficiente e um desenvolvimento mais sustentável. Segundo a qual, a capacidade governativa não pode ser avaliada apenas pelos resultados das suas políticas, também deve ser avaliada a forma como o governo exerce o seu poder e como se articula, coopera e relaciona com os outros atores sociais e políticos. O conceito de governança compreende a constituição de novas formas de governação mais abertas e participadas, com base em relações de cooperação entre o Estado e os parceiros económicos e cívicos, envolvendo-os na partilha de responsabilidades, na negociação e na tomada de decisões coletivas. Segundo Halachmi “The term “governance” refers to the results of the interactions within a decentralized structure of governmental and nongovernmental elements of civil society under non-binding arrangements” (2005: 302). Este conceito assenta em cinco princípios fundamentais que têm como objetivo a promoção da qualidade do exercício do poder: a transparência, a participação, a responsabilidade, a eficácia e a coerência (Comissão Europeia, 2001). Os processos de governança, segundo Kooiman et al., correspondem ao conjunto de "interactions taken to solve societal problems and to create societal opportunities; including the formulation and application of principles guiding those interactions and care for institutions that enable and control them" (2005, p. 17).

A complexidade inerente ao desenvolvimento de processos de governança é reconhecida ao nível teórico e ao nível prático, o que tem criado alguns desafios, nomeadamente, na definição da(s) escala(s), na identificação dos participantes, na definição de regras e na forma de tomada de decisão. Estas imprecisões colocam grandes desafios à significação do próprio conceito de governança e à estabilização de um modelo institucional de governança, o que tem vindo a impulsionar o surgimento de novas formas de governança com a pretensão de responder à instabilidade e à complexidade característica dos contextos de tomada de decisão coletiva contemporâneos. Para Stoker, o grande desafio atual é encontrar novas formas de colaboração entre indivíduos e/ou organizações num contexto de intensificação da interdependência entre os mesmos (2004).

1.3.1. Governança Colaborativa: um novo modelo

A necessidade de encontrar modelos mais específicos de governança incitou o surgimento da “governança colaborativa”. Este tipo de governança nasce do seio de uma variedade de experiências locais que emergem como anticorpos em reação às falhas do modelo de gestão pública assente na

governança⁷. Segundo Ansel e Gash⁸, a governança colaborativa tem como objetivo a reunião de entidades públicas com uma multiplicidade de atores não estatais, de modo a envolvê-los em processos formais de tomada de decisões coletivas, com base no consenso (2007). Os atores públicos podem abranger as instituições públicas de poder executivo, tribunais, órgãos legislativos e outros órgãos governamentais ao nível local, regional e nacional. Geralmente são estes atores que iniciam o “fórum” de decisão coletiva, de modo a cumprirem os seus próprios objetivos, legislação ou para preencherem requisitos de atribuição de fundos estatais ou de outras instituições supranacionais. São designados por *stakeholders* os atores não estatais, indivíduos ou grupos organizados, e atores públicos que não se encontram na liderança destes processos.

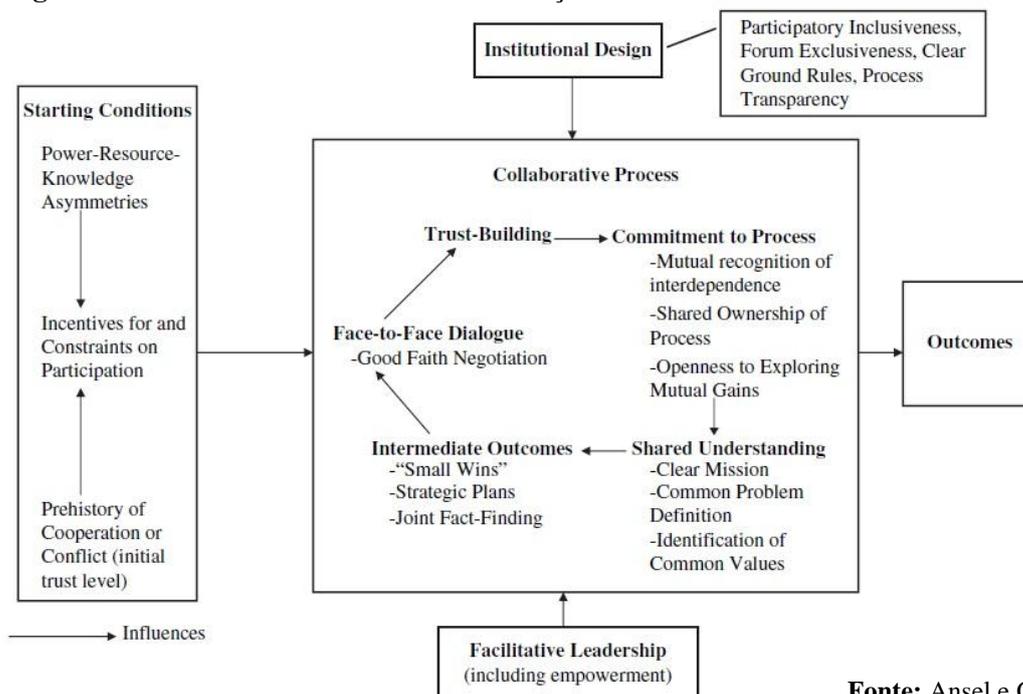
A governança colaborativa propõe-se assim promover o envolvimento de cidadãos ao nível político, a inclusão de um maior número de participantes nos processos de decisão, a integração de mais *stakeholders* nas parcerias e a prestação de contas e o aumento da confiança no governo (Henton et al., 2005). Pode basear-se em relações informais, mas obriga à formalização da colaboração entre os participantes. O seu sucesso implica que os *stakeholders* detenham responsabilidade real pelos resultados das políticas e sejam envolvidos nos processos de tomada de decisão, que devem ocorrer nos espaços de discussão coletiva – o fórum. Estes processos são orientados para o consenso, por vezes impossível de alcançar, o que ao menos permite aos participantes trabalharem áreas de concordância. Resumindo, os processos de governança colaborativa devem apresentar os seguintes critérios fundamentais: (1) “o fórum deve ser iniciado pelas agências ou instituições públicas; (2) os participantes no fórum devem incluir atores não estatais; (3) os participantes devem ser envolvidos diretamente nos processos de decisão e não meramente consultados pelas agências públicas; (4) o fórum deve ser organizado formalmente e os encontros deverão ser coletivos; (5) o fórum tem como objetivo a tomada de decisão através do consenso (mesmo que o consenso não seja alcançado); (6) o foco da colaboração é nas políticas públicas ou na gestão pública” (Ansel e Gash, 2007: 544).

Ansel e Gash, sugerem ainda um modelo de governança colaborativa (Ver Figura 1.1.) que tem por base quatro variáveis centrais: as condições de partida, o desenho institucional, a liderança e o processo colaborativo (op. cit.). As variáveis que correspondem ao processo colaborativo são o núcleo deste modelo, contudo as condições de partida, o desenho institucional e a liderança são variáveis muito importantes, no sentido em que garantem o contexto que suportará o desenrolar do processo de governança colaborativa. Este estudo pretende compreender as dinâmicas contextuais de Peniche, para potenciar a mobilização do tecido associativo no desenvolvimento local, pelo que importa reter em profundidade o papel destas variáveis contextuais.

⁷ Entenda-se por governança o método mais tradicional de administração e gestão pública, onde o governo é a figura dominante que detém o controlo total sobre as decisões políticas e a regulamentação pública.

⁸ Ansel e Gash conduziram um estudo meta-analítico tendo por base a literatura existente sobre governança colaborativa, de modo a elaborarem um modelo geral de governança colaborativa. Para mais informações consultar o artigo destes autores “Collaborative Governance in Theory and Practice” (2007).

Figura 1.1 -Modelo do Processo de Governança Colaborativa



Fonte: Ansel e Gash (2007)

Assim, numa primeira fase de implementação de um processo de governança colaborativa é fundamental conhecer o contexto relacional dos atores envolvidos no processo de colaboração, pois diferentes “condições de partida” poderão possibilitar ou impossibilitar o processo colaborativo. Numa segunda fase, é fundamental estabelecer relações de confiança e de respeito e, sempre que necessário, enfrentar os antagonismos sem rodeios, visto que, os “desequilíbrios de poder” entre os *stakeholders* representam um dos problemas mais frequentes. De acordo com Ansel e Gash há três situações tipos onde a igualdade da participação é posta em causa: (i) quando algumas das partes interessadas não têm a capacidade, a organização ou os recursos para participarem em pé de igualdade com os outros intervenientes; (ii) quando não existem grupos organizados de *stakeholders* para representar individualmente os *stakeholders* de forma coletiva; e (iii) quando algumas das partes interessadas não têm o tempo, a energia, ou a liberdade de se envolver em processos colaborativos em tempo intensivo (op. cit.). Para enfrentar estas situações podem ser utilizadas estratégias que fomentem a capacitação dos participantes, tais como, a animação territorial. A “governança colaborativa eficaz requer um compromisso com uma estratégia positiva de *empowerment* e de representação de grupos mais fracos ou desfavorecidos” (op. cit.: 551). Para estes autores a “história de antagonismo ou de cooperação” entre os *stakeholders* poderá dificultar ou facilitar a colaboração. No entanto, a relação não é linear, ou seja, nem sempre o antagonismo cria obstáculos à participação e nem sempre a colaboração motiva a participação. Algumas experiências demonstram que quando os participantes estão altamente interdependentes, um alto nível de conflito pode criar um grande incentivo para a tomada de decisão através do consenso, principalmente quando o impasse provoca custos em ambos os lados da disputa (op. cit.). No caso de estarmos perante um contexto marcado pelo antagonismo é importante que haja

um elevado grau de interdependência entre *stakeholders* e que sejam tomadas medidas que corrijam baixos níveis de confiança.

Um dos aspectos críticos da governança colaborativa é a participação. Para mobilizar os *stakeholders* a se envolverem neste tipo de processos é fundamental compreender a sua motivação e os incentivos que os levam a participar. Pois, mesmo quando a participação é imposta ela pode ter eco, na maioria das vezes, em (pré)disposições voluntárias. Os incentivos à participação nos processos colaborativos dependem sobretudo das expectativas que os *stakeholders* têm sobre os resultados decorrentes destes processos. Para Ansel e Gash o incentivo à participação aumenta quando os espaços de discussão coletiva têm como objetivo exclusivo a tomada de decisão (op. cit.). Outro aspecto a ter em consideração é que os incentivos à participação aumentarão se os *stakeholders* perceberem que a realização dos seus objetivos está dependente da cooperação com as entidades presentes nos processos.

No processo colaborativo a liderança permite a definição de regras claras, a construção de confiança, a facilitação do diálogo e a exploração ganhos mútuos. Facilitando a construção de consensos e promovendo o envolvimento e a capacitação dos participantes, mesmo os mais “vulneráveis”. Segundo Ansel e Gash, é possível haver processos de governança colaborativa sem “liderança”, mas a esmagadora maioria das experiências revelam a importância da existência de uma liderança facilitadora que crie condições para a reunião dos *stakeholders* e que oriente o processo e a procura de consensos (op. cit.). O “desenho institucional”, por seu turno, garante a legitimidade e a transparência dos processos colaborativos, aumentando assim a confiança entre os participantes, reportando-se às regras básicas e protocolos para a colaboração e definindo quem é que deve participar e qual o papel dos diferentes atores. O processo de governança colaborativa deve ser aberto e inclusivo de modo a promover a participação, o consenso e o compromisso e as suas regras devem ser coerentes, de modo a garantirem que o processo seja justo e equitativo (op. cit.). Nos processos colaborativos a ampla participação deve ser procurada ativamente, evidenciando-se que uma das principais razões para o fracasso deste tipo de governança é a exclusão de *stakeholders*.

Em síntese, a governança colaborativa é uma abordagem cooperativa que pretende alargar e legitimar a participação de “outros atores” na deliberação de políticas como resultado de um amplo trabalho em torno do consenso (ou percursos de consensos), como por exemplo, de fatores como o desenvolvimento local de um determinado território a partir da promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas que o integram.

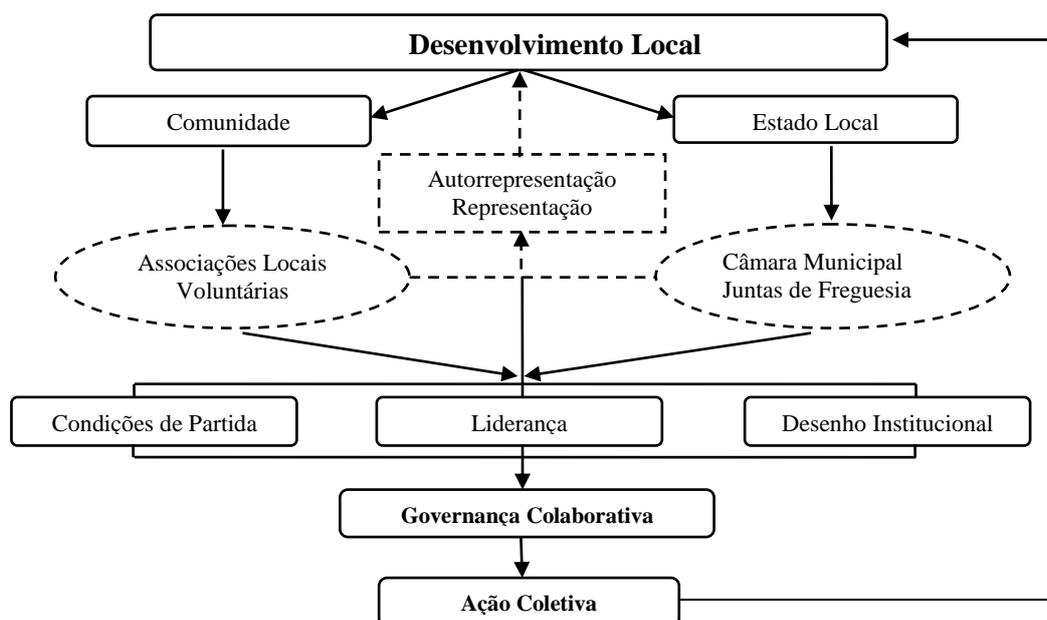
2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1. Questões orientadoras

Como foi visto anteriormente, a ação coletiva desempenha um papel fulcral nas conceptualizações de desenvolvimento local. Este estudo foca-se no contributo coletivo das associações locais para o desenvolvimento. De acordo com a literatura, salvaguarda-se que a simples existência de associações pode não garantir o envolvimento nas dinâmicas de desenvolvimento local. Assim, torna-se relevante encontrar atores locais que assegurem a promoção da ação coletiva. No contexto português, são as autarquias locais, Municípios e Juntas de Freguesia, os atores que, de acordo com as suas atribuições e competências legais, têm legitimidade e responsabilidade na promoção do desenvolvimento da localidade que representam. Paralelamente à legitimidade de atuação, o quadro conceptual de desenvolvimento local também reforça a importância do envolvimento dos atores estatais. O quadro conceptual da governança colaborativa, por sua vez, apresenta-se como uma abordagem que permite a operacionalização destas questões, uma vez que (i) pressupõe a participação horizontal de diferentes atores nos processos de decisão, (ii) tem como objetivo encontrar respostas alternativas para a supressão de necessidades e problemas locais, e (iii) propõe o desenvolvimento de processos de decisão em torno do consenso.

Posto isto, considerando a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as associações locais voluntárias, atores fundamentais para a promoção do desenvolvimento local, esta dissertação pretende analisar e compreender quais são as dinâmicas contextuais que caracterizam o concelho de Peniche, com o intuito de mobilizar a ação coletiva destes atores em prol do “outro” desenvolvimento local do concelho, através de processos colaborativos, propondo-se para tal o modelo analítico descrito na Figura 2.1.

Figura 2.1 – Modelo de Análise



Fonte: Própria

2.2.Contextualização

A elaboração desta dissertação insere-se ao abrigo da realização de um estágio profissional na Divisão de Planeamento e Intervenção Social da Câmara Municipal de Peniche e tem como objetivos (i) o apoio e promoção da dinâmica associativa local, (ii) a criação de instrumentos de planeamento, que fomentem a cooperação interassociativa e interinstitucional e a maximização da utilização de recursos endógenos e exógenos e (iii) a criação de estratégias e ações concertadas com o tecido associativo em prol do desenvolvimento local do concelho. A elaboração deste estudo permitirá aprofundar o conhecimento das dinâmicas locais, de modo a potenciar uma intervenção sustentada cientificamente e adequada à manifestação dos fenómenos.

As condições de contexto para a realização deste estudo configuram, assim, um quadro que estimula e proporciona, por um lado, um exercício de aprofundamento da relevância de produção científica ao serviço dos atores locais e, por outro lado, um exercício de interpretação dialética entre a neutralidade e imparcialidade exigidas e a proximidade proporcionada pelas condições de enquadramento à recolha e tratamento da informação.

2.3.Estratégia de Investigação

De acordo com a natureza dos fenómenos sociais a analisar, considerou-se mais adequados a investigação qualitativa e o estudo de caso enquanto estratégia e método de investigação, não obstante de também serem utilizados dados de natureza quantitativa. Assim, e de acordo com a metodologia qualitativa, esta investigação adota uma abordagem compreensiva do problema – a emergência (ou não) da ação coletiva em prol do desenvolvimento local – e pretende analisar os comportamentos e as atitudes, de modo a indicar estratégias de ação que promovam a mobilização coletiva do tecido associativo, com base na conceptualização de governança colaborativa. Ainda enquanto abordagem exploratória, e não se pretendendo generalizar o conhecimento obtido para uma população, optou-se por entrevistar os sujeitos “socialmente significativos” que confirmam a este estudo uma certa “representatividade social” (Guerra, 2006: 20), possibilitando o aprofundamento do conhecimento sobre o tecido associativo do concelho de Peniche e a compreensão das dinâmicas em torno (da possibilidade) da sua ação coletiva para a promoção do desenvolvimento local. De realçar que não sendo este um estudo de investigação-ação, não obstante, propõe-se a aumentar o conhecimento sobre a realidade social em análise, de modo a contribuir para a constituição de uma visão sustentada e estratégica para a ação.

A utilização de dados de natureza quantitativa corresponde à parte inicial deste estudo de caracterização do tecido associativo e tem por base os dados do “Relatório de Caracterização dos Recursos Associativos Locais”, recolhidos no ano de 2012 pela equipa técnica da Divisão de Planeamento e Intervenção Social da Câmara Municipal de Peniche. Os dados foram solicitados pelo Município, que enviou por correio, um inquérito por questionário a todas as associações que tinha

conhecimento. O presente trabalho de investigação tem ainda por base o recurso a técnicas de entrevista semiestruturada, de análise de conteúdo e de recolha de informação a informadores privilegiados. Assim procedeu-se ainda à recolha dos dados através da aplicação de entrevistas⁹ semiestruturadas a dois grupos distintos de atores, realizadas entre Julho e Setembro de 2014 (Quadro 2.1). No primeiro grupo foram efetuadas cinco entrevistas a representantes do poder local – à Vereadora da Câmara Municipal responsável pelo pelouro do Associativismo e aos presidentes das quatro Juntas de Freguesia do concelho de Peniche. No segundo grupo, foram realizadas oito entrevistas aos/às presidentes de associações locais.

Quadro 2.1 – Informações gerais das Associações Entrevistadas

Associação	Ano de Fundação	Áreas de Intervenção	Sócios	Nº Dirigentes	Nº Pessoal Contratado	Património (para além da sede)
1	1977	Desporto	30	3	-	Não
2	1995	Saúde	420	18	-	Sim
3	1941	Desporto	300	13	6	Sim
4	1992	Desporto, Cultural, Recreativa, Artes	500	13	2	Sim
5	1909	Desporto, Cultural, Recreativa	699	7	-	Sim
6	1979	Desporto, Cultural, Recreativa, Infância	200	15	3	Sim
7	1999	Idosos	751	15	38	Sim
8	1995	Desenvolvimento local	43 ¹⁰	11	10	Sim

O universo das associações foi definido de acordo com o total de associações que responderam ao Relatório realizado pela Câmara em 2012 e a amostra das associações a entrevistar foi feita de forma aleatória, de acordo com o critério de proporcionalidade territorial por freguesia. Mais detalhadamente, em primeiro lugar decidiu-se o número total de entrevistas a realizar para este estudo, sem a intenção de garantir a representatividade estatística. Em segundo lugar, calculou-se a proporcionalidade do número de entrevistas pelo número total de associações divididas por freguesias e, por fim, selecionou-se aleatoriamente as associações a entrevistar por freguesia, através do método de sorteio. Neste processo de seleção, ressalva-se que houve uma associação que não foi escolhida de modo aleatório – a ADEPE, Associação para o Desenvolvimento de Peniche –, por se considerar que, dado o seu estatuto e missão orientadas para a defesa e dinamização do associativismo local, através do trabalho que realiza com as associações suas associadas, esta desempenha um papel distinto do restante universo. Deste modo, o critério da proporcionalidade territorial foi respeitado, tendo sido a inclusão desta associação realizada através do recurso a informadores privilegiados (Burgess, 2001: 80-81), e considerada como relevante dada a sua especificidade e singularidade neste contexto.

Em termos processuais, todas as entrevistas foram solicitadas por via telefónica a pedido da Câmara pela Vereadora responsável pelo pelouro do Associativismo e formalizadas através do envio de uma carta por correio eletrónico¹¹. Estas foram realizadas individualmente na sede das instituições que cada entrevistado/a representava, com exceção de uma entrevista realizada noutra espaço. A envolvimento da Câmara na fase da recolha de dados, teve como propósito a formalização da sua

⁹ Disponíveis para consulta em anexo C.

¹⁰ Os sócios desta associação são entidades coletivas, como por exemplo, associações e empresas.

¹¹ Disponíveis para consulta em anexo B.

intenção de iniciar um processo estruturado de mobilização da ação coletiva do tecido associativo em prol do desenvolvimento local e o incentivo à disponibilização dos/as dirigentes para a realização das entrevistas. Para evitar eventuais enviesamentos decorrentes desta abordagem e com vista a garantir o máximo de espontaneidade e à vontade na recolha de informação, antes da realização de cada entrevista foram expostos os objetivos académicos da entrevista e do estudo (Quivy, Campenhoudt, 2003) e salvaguardou-se o anonimato dos/as entrevistados/as.

Os dados recolhidos nas entrevistas foram tratados através da técnica de análise de conteúdo. A análise, propriamente dita, resultou do cruzamento entre a abordagem dedutiva, através da utilização de uma grelha de análise que sistematiza os conceitos e as relações entre estes, e a abordagem indutiva, que bebe diretamente da reflexão a partir dos dados obtidos através da empíria.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Caracterização geral do concelho de Peniche

O Município de Peniche, em termos geográficos, situa-se na sub-região do Oeste (NUTS III¹²) da região Centro (NUTS II¹³), limitada pelos municípios da Lourinhã a sul e de Óbidos a leste. A oeste e a norte é banhada pelo Oceano Atlântico, prolongando-se por este através do arquipélago das Berlengas – reserva da biosfera da UNESCO desde 2011. Peniche integra o distrito de Leiria e abrange uma área cerca de 77,7km² de território continental e insular e, de acordo com os dados do INE dos Censos 2011, tem 27 753 residentes. Administrativamente o Município divide-se em quatro freguesias – Peniche, Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d’El Rei (Figuras 3.1 e 3.2 e Quadro 3.1), com perfis bastante peculiares e distintos entre si.

Figura 3.1 - Mapa da sub-região do Oeste - NUTS III



Figura 3.2 - Mapa das Freguesias do Concelho de Peniche



Quadro 3.1 - Indicadores gerais do concelho de Peniche e respetivas freguesias

Unidade Territorial	Área (Km ²)	Nº de Habitantes 2011	Taxa Variação 1991/2011	Densidade pop (hab/km ²)	Índice de Envelhecimento	Idade média (Anos)	População ativa (N.º)	Taxa de atividade (%)	Taxa de desemprego (%)	Taxa de Analfabetismo (%)	Principais Atividades
Peniche	7,7	14.749	-5,7	1699,8	312,8	39,29	6930	47,76	16,6	5,54	Pesca e indústria transformadora, serviços e turismo
Atouguia da Baleia	47,6	8.954	12,1	188,1	105,4	39,26	4 072	45,48	11,64	6,36	Agricultura e indústria transformadora, construção civil
Serra D’El Rei	8,6	1.401	1,7	162,9	178,5	42,08	651	46,47	12,44	7,8	Agricultura e indústria transformação, indústria construção civil
Ferrel	13,8	2.649	12,4	192	95,6	38,85	1 184	44,7	13,51	7,26	Agricultura e indústria transformação, Turismo
Concelho	77,7	27.753	1,6	357,2	105,1	39,25	12 837	46,25	14,53	6,04	Pesca, Agricultura, transformação alimentar e Turismo

¹² Os concelhos que compõem a sub-região do Oeste (NUT III) são: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

¹³ As regiões que integram a região Centro são: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Loral, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste e Médio Tejo.

A freguesia de Peniche, sede de concelho, foi criada em 2013 pela fusão das freguesias da Ajuda, Conceição e de São Pedro. Apresenta a maior concentração de serviços e população com cerca de 53% do total do concelho (14.749 habitantes), a maior concentração habitantes (1699,8 hab/km²), o índice de envelhecimento mais alto (312,8) e a menor taxa de analfabetismo (5,54%). No que se refere ao emprego, expõe o número mais elevado de população ativa (6930) e a taxa de atividade e de desemprego mais alta, 47,76% e 16,6 respetivamente. Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Peniche, “não existe qualquer núcleo complementar à cidade de Peniche capaz de estabelecer dinâmicas alternativas às que se centram na sede de concelho” (2004: 19). A pesca e as respetivas indústrias transformadoras, os serviços e o turismo são as principais atividade económicas.

A Atouguia da Baleia é a freguesia com a área territorial mais extensa (47,6 km²). De acordo com os Censos 2011, residem na freguesia 8.954 habitantes (32,3% do total do concelho), o que representa um aumento de 25,6% no número de residentes em comparação os Censos efetuados em 2001. Na vila da Atouguia da Baleia habitam cerca de 2.000 residentes e os restantes 6.954 habitantes distribuem-se por várias povoações, das quais destaca-se as que apresentam maior peso populacional: Casais Brancos, Bufarda, Coimbra, Geraldês, Ribafria, São Bernardino, Reinaldes e Lugar da Estrada. As principais atividades económicas são a agricultura, a respetiva indústria transformadora e a construção civil. Alguma população está ligada à pesca no porto de Peniche e, recentemente, os serviços ligados ao turismo balnear começam a ganhar alguma expressividade.

A freguesia da Serra d’El Rei situa-se a norte do concelho, tem uma área de 8,6 km² e 1.401 residentes (Censos 2011), cerca de 5 pontos percentuais do total da população do concelho. Detém a média de idades mais alta (42,08 anos) e o menor número de população ativa (651). Ao nível económico, destaca-se a atividade agrícola, a respetiva indústria transformadora e as indústrias ligadas à construção civil, que neste momento se encontram em grave declínio. A título de curiosidade, a Serra d’El Rei, em termos históricos, foi o palco da maior tragédia romântica da monarquia portuguesa - o amor entre D. Pedro I e Inês de Castro.

A freguesia de Ferrel, elevada a vila em 2011, apresenta uma área de 13,79 km² e um total de 2.649 residentes, com um peso de 9,5% no total do concelho e com a média de idades mais baixa (38,85). Ferrel foi a freguesia do concelho que registou um maior crescimento populacional, entre os anos de 2001 e 2011, na ordem dos 27,8 pontos percentuais (Censos). Este crescimento poderá encontrar explicação no aparecimento e consolidação de serviços de turismo desportivo relacionados com a prática de surf. Para além das atividades ligadas ao turismo, as principais atividades económicas da freguesia são a agricultura e a respetiva indústria transformadora.

3.2. Caracterização geral do tecido associativo

Atualmente calcula-se que o tecido associativo do concelho de Peniche é composto por cerca de 100 organizações, não obstante no “Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais”, elaborado no ano de 2012 pela Câmara Municipal este contemplar apenas cerca de metade desta

estimativa (54 associações). Segundo este estudo, importa reter as seguintes linhas gerais de caracterização do tecido associativo do concelho.

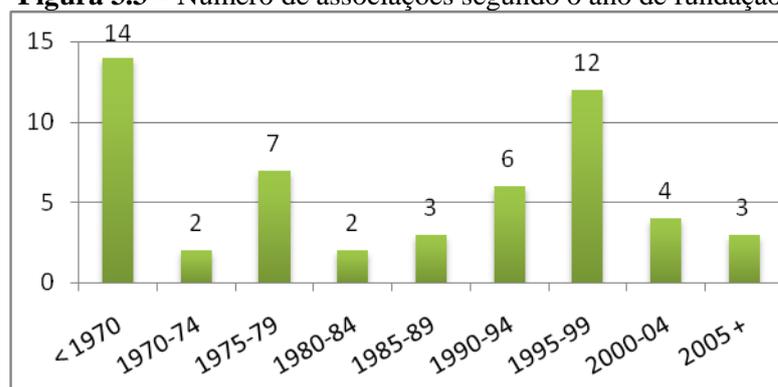
a) *Um tecido associativo com uma distribuição proporcional pelas freguesias em função do seu peso relativo na estrutura do concelho*

No que se refere à distribuição territorial, segundo a localização da sua sede, este estudo contou com a participação de 19 associações da Atouguia da Baleia (35,5%), 3 associações de Ferrel (5,6%), 29 associações de Peniche (53,7%) e 3 associações da Serra D’el Rei (5,6%). Estes valores, de alguma forma, aproximam-se da proporção populacional de cada freguesia.

b) *Um tecido associativo relativamente jovem mas com uma vitalidade alavancada por contextos de dinâmica (pós 74) e reforço de medidas políticas de âmbito nacional, local e comunitárias (década de 90)*

Relativamente ao ano de fundação das associações, denota-se uma relativa juventude do tecido associativo de Peniche, na medida em que a maioria das associações surgem após o 25 de Abril de 1974 (Figura 3.3). Segundo um estudo realizado pela Comissão Europeia – “Comunicação da Comissão sobre a Promoção do papel das Associações e Fundações da Europa” (1997) – Portugal e Espanha apresentavam o tecido associativo mais jovem da Europa, alguns teóricos justificam este fenómeno com a “estabilização tardia das instituições democráticas nestes países” (Monteiro, 2004: 192). O concelho de Peniche, de acordo com o universo das associações inquiridas, contava com um total de 16 associações com fundação anterior ao 25 de Abril, maioritariamente ligadas ao desporto. É importante reforçar o facto histórico de que a Fortaleza de Peniche começou a funcionar como prisão política do Estado Novo a partir de 1931, o que de alguma forma poderia ter inibido a constituição de coletividades no concelho.

Figura 3.3 – Número de associações segundo o ano de fundação



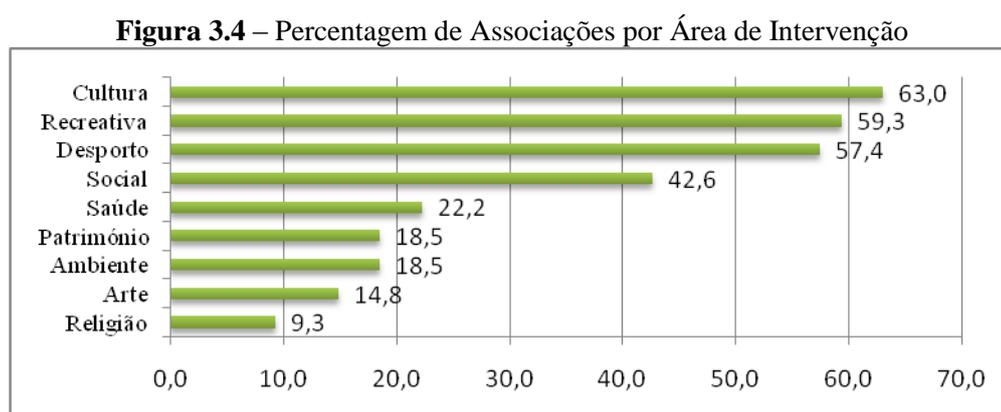
A constituição de coletividades, na sua maioria fundadas após o 25 de Abril pode ser motivada por uma multiplicidade de situações. Segundo Monteiro, no após 25 de Abril e durante a década de 80, a criação de associações de desenvolvimento local está ligada “à efervescência de uma certa vontade de participação cidadã” (op. cit.). A partir dos anos 90, a emergência das associações parece estar ligada ao “incentivo de entidades coletivas”, tais como Câmaras Municipais, como resultado da implementação de medidas e programas comunitários, como por exemplo o LEADER, e devido ao

“aproveitamento de condições globalmente favoráveis e de instrumentos financeiros que facilitam a sua constituição” (op. cit.).

Outro contributo explicativo surge da conceptualização contemporânea da ação coletiva, como foi visto anteriormente (capítulo 1.2), segundo a qual, devido a uma maior reflexividade e consciência democrática, surge nas sociedades contemporâneas a necessidade de constituir “novos movimentos sociais” que, com base em valores de solidariedade e numa “identidade coletiva partilhada”, lutem por ideais culturais e/ou políticos de modo a criarem respostas que promovam a satisfação de necessidades localmente sentidas (Guerra, 2006). No caso específico de Peniche, com a exceção da ADEPE, cuja fundação está associada ao programa LEADER, o elevado número de associações que nasceram após o ano de 1990, têm áreas de intervenção ligadas à intervenção social ou à prática desportiva. Deste modo, o surgimento de associações em Peniche pós 25 de Abril parece ir tendencialmente ao encontro da necessidade de formar “novos movimentos sociais” e de “aproveitamento de condições favoráveis”.

c) Um tecido associativo de banda larga (múltiplo, diverso e plural) nas suas áreas de atuação e com uma capacidade de mobilização bastante acentuada

Uma das características intrínsecas ao associativismo é a sua multiplicidade e diversidade. É importante referir que a análise das áreas de intervenção identificadas neste levantamento de 2012, embora não aprofunde, evidência uma pluralidade das áreas de intervenção associativa de uma forma muito genérica. Os valores apresentados no Figura 3.4. representam as diversas áreas que compõem a intervenção de cada associação. Sobressai o carácter multifuncional das associações, na medida em que estas abrangem áreas de diferentes naturezas, proporcionando, assim, uma cobertura heterogénea (Câmara Municipal de Peniche, 2012). As áreas de intervenção com maior expressividade são a cultural com 63%, seguindo-se a recreativa com 59,3%, a desportiva com 57,4% e a social com 42,6 pontos percentuais.



No que se refere ao número de associados, as 54 associações somam um total de 21.948 associados o que representa 79,1% da população total do concelho, embora com uma sobre representação do sexo masculino (62,6% dos associados). O número de associados revela uma característica muito interessante do tecido associativo do concelho de Peniche, mesmo sem abranger a totalidade das

associações locais, o número total de associados aproxima-se do total da população por concelho e freguesia, como é facilmente perceptível no Quadro 3.2.

Quadro 3.2 – População total por freguesia pelo número total de associados

Freguesia	População	Nº Sócios	% de Sócios
Atouguia da Baleia	8954	5863	65,5
Ferrel	2649	1311	49,5
Peniche	14749	13804	93,6
Serra d'El Rei	1401	970	69,2
Total	27753	21948	79,1

De acordo com o estudo dirigido por Manuel Villaverde Cabral, realizado na década de 90, sobre as “Atitudes Sociais dos Portugueses”, apenas 20% dos portugueses inquiridos revelaram pertencer a organizamos associativos (Cabral, 2000). Para justificar este fenómeno de mobilização em torno do movimento associativo podemos considerar três hipóteses: a) o facto de existir em Peniche uma noção de participação cívica muito alargada que faz com que a maioria da população se associe às associações de forma expressiva; b) tendência para os residentes se afiliarem em mais do que uma associação; e ainda c) haver um número significativo de associados com residência fora do concelho.

d) Um tecido associativo com logística instalada e com variedade de equipamentos disponíveis, embora com uma distribuição pelo território pouco consolidada e homogénea

Quanto ao património das associações, a maioria possui sede própria (27), 6 não têm sede, 2 alugam o espaço da sua sede e 18 estão em espaços cedidos. As principais entidades que cedem os seus espaços são: a Câmara Municipal, outras associações, a paróquia ou pessoas individuais. Relativamente aos equipamentos, as associações do concelho apresentam um leque variado de recursos que abrangem as áreas desportivas, culturais, recreativas e de apoio social (Quadro 3.3). “Entre os equipamentos mais frequentes que são disponibilizados pelas associações inquiridas, temos, como recurso presente em 50% das associações, espaços polivalentes de uso coletivo e, em mais de $\frac{1}{3}$ delas, salas para reuniões e equipamentos para a prática de diversas modalidades desportivas, em particular, ginástica, futebol e ténis” (Câmara Municipal de Peniche, 2012). Esta variedade de equipamentos revela, à partida, a abrangência das atividades desenvolvidas pelas associações e a importância que estas, tendencialmente, representam na promoção do bem-estar social e na qualidade de vida das populações. É importante ressaltar que, sem informação relativa à dinamização e utilização destes recursos, a simples existência destes recursos não garante que a sua utilização contribua para a qualidade de vida e desenvolvimento da localidade. Como se pode constatar no Quadro 3.3, a distribuição dos equipamentos pelas freguesias é, no entanto, bastante desigual.

A maioria dos recursos está distribuída pelos centros com maior concentração populacional, Peniche e Atouguia da Baleia. No caso específico da Atouguia da Baleia, o facto de existir um número significativo de povoações dispersas pela freguesia pode explicar o elevado número de equipamentos. As freguesias com menor densidade populacional – Ferrel e Serra d’El Rei – apresentam um baixo número de equipamentos, o que podem indicar a existência de fragilidades, por exemplo, ao nível do

acesso destas populações a atividades culturais e desportivas. Contudo, é importante ressaltar alguma cautela na leitura desta informação na medida em que: (i) estes dados podem ter sido mal preenchidos ou interpretados aquando do preenchimento do inquérito; (ii) este estudo não abrange todas as associações do Concelho; e que (iii) há a possibilidade de existirem nas localidades equipamentos de outras entidades que não foram contabilizados.

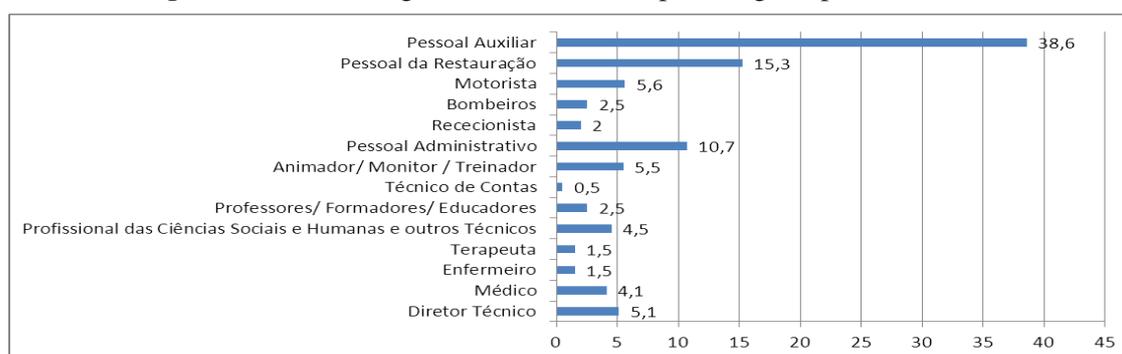
Quadro 3.3 – Distribuição dos equipamentos associativos pelas freguesias do concelho de Peniche

Equipamentos	Atouguia da Baleia	Ferrel	Peniche	Serra d'El Rei	Total	Total (%)
Pavilhão/ Salão Polivalente	18	1	6	2	27	50,0
Ginásio/ Campo: Futebol/ Ténis	10	1	7	1	19	35,2
Sala Reuniões	7	1	11	1	20	37,0
Sala: Formação/Informática/Convívio	2	-	2	-	4	7,4
Garagem	2	-	2	-	4	7,4
Anfiteatro	1	-	2	-	3	5,6
Biblioteca	1	-	1	-	2	3,7
Dormitório/Centro de Férias	-	-	2	-	2	3,7
Bar / Cantina	2	-	1	-	3	5,6
Parque Infantil	-	-	-	1	1	1,9
Total	43	3	34	5	85	100
Total (%)	50,5	3,5	40	6	100	

e) Um tecido associativo semi-profissional e gerador de emprego

O tecido associativo também contribui para a promoção da empregabilidade local, através da criação de postos de trabalho. De acordo com os dados recolhidos, 21 das associações abrangidas por este estudo (40%) possuem recursos humanos contratados e criaram 206 postos de trabalho, no ano de 2012. A maioria das associações (79%) celebrou a totalidade ou a maioria dos contratos de trabalho a tempo inteiro e apenas 15,8% das associações efetuou a maioria e a totalidade de contratos a tempo parcial. Como se pode constatar no Figura 3.5, os recursos humanos afetos às associações apresentam alguma variedade em termos de categoria profissional, das quais sobressaem o pessoal auxiliar com 38,6%, o pessoal da restauração com 15,3% e o pessoal administrativo com 10,7%. As associações que apresentam um maior número de trabalhadores desenvolvem as suas funções na área do apoio social (centro social e jardim-de-infância), apresentando uma média de 20 trabalhadores em 6 associações, e na área desportiva, uma média de 4 trabalhadores em 9 associações.

Figura 3.5 – Percentagem de trabalhadores por categoria profissional



Fonte: Câmara Municipal de Peniche, 2012

f) Um tecido associativo inquieto e preocupado com a sua sustentabilidade

Para além das questões ligadas ao mapeamento e levantamento de informação descritiva, o estudo realizado pela Câmara Municipal de Peniche, contemplou ainda, as dificuldades generalizadas sentidas pelas associações locais (Figura 3.6).

Figura 3.6 – Tipo de dificuldades sentidas pelas Associações



A principal dificuldade sentida pelas associações que responderam a esta questão (24) é a carência de recursos financeiros (66,7%), sucedendo-se a mobilização e renovação dos quadros dirigentes (54,2%). As categorias mais residuais estão ligadas à limitação de recursos humanos e de “competências da classe dirigente (12,5%), às insuficiências e deficiências ao nível das instalações físicas (8,3%) e às dificuldades sentidas ao nível da cooperação interassociativa (4,2%)” (Câmara Municipal de Peniche, 2012).

3.3. Apresentação e análise das dinâmicas contextuais e associativas

Com base na recolha de informação através das entrevistas efetuada especificamente no âmbito do presente estudo, e tendo por base a grelha analítica proposta, foi possível aprofundar e explorar as dinâmicas contextuais e a sua relevância para a mobilização coletiva através do associativismo no concelho, que se sintetizam de seguida.

a) Noção de desenvolvimento local centrada nas pessoas e com proeminência das dimensões social e económica como um fatores contextuais e a dimensão política entendida como estratégia de ação

De um modo geral, os/as dirigentes associativos e os/as representantes do poder local consideram que o desenvolvimento local deve centrar-se nas pessoas e no seu bem-estar. As dimensões social e económica foram apontadas como os seus pilares fundamentais. É possível identificar uma certa valorização da dimensão social sobre a dimensão económica, visto que a promoção da qualidade de vida e do bem-estar das populações surge, para estes atores, como uma consequência da melhoria das condições sociais de vida das pessoas. Os/as entrevistados/as argumentam ser prioritária uma intervenção centrada na área social, mais concretamente no âmbito da saúde, educação, habitação, lazer e cultura. O destaque da dimensão social pode ser explicado pela crença e interiorização da noção de que as associações devem, por vocação, responder às necessidades ou aos problemas sociais sentidos localmente.

“[O desenvolvimento local] pode ser entendido no desenvolvimento da terra, na criação de bem-estar das terras, na criação de projetos de âmbito social” A4.

“É dar condições para as pessoas usarem o que está terra, no local” A5.

Por sua vez, o desinteresse pela dimensão económica pode justificar-se pela crença e interiorização de um conjunto de princípios associados ao capitalismo neoliberal que não se coadunam com a ação associativa, tais como, a “obtenção de lucros sem olhar a meios”. Apesar de haver um reconhecimento consensual sobre a importância do crescimento económico na promoção do bem-estar das comunidades, há uma certa conformidade e resignação em reconhecer a estagnação da economia do concelho e os efeitos manifestos e latentes da crise nacional e internacional. As associações referem que para promover o desenvolvimento local é necessário dinamizar o concelho economicamente, de modo a estimular a criação de emprego e a estabilizar a situação financeira precária que a maioria das associações se encontra.

“Se as coletividades de Peniche fossem coletividades ricas, desenvolvíamos mais” A3.

Todavia, a dimensão económica apresenta-se como um fenómeno contextual cuja alteração é sobretudo assumida pelos entrevistados como dependente de fatores e/ou entidades externas. Alguns dirigentes chegam mesmo a indicar que esta dimensão, em termos locais, está reservada à intervenção da Câmara Municipal. A área indicada com maior potencialidade para a promoção do desenvolvimento económico do concelho foi o Turismo. Porém, as associações não a consideram uma área de intervenção associativa, relegando a sua catalisação para o poder local e para as iniciativas empresariais.

A dimensão política também foi abordada nas entrevistas e vem salientar a importância da interação, interligação e proximidade entre as entidades presentes no território para a promoção do desenvolvimento local, mais concretamente, entre representantes da sociedade civil (associações e outras entidades locais), do Estado local (Câmara e Juntas) e do Mercado (empresas). Os/as dirigentes associativos consideram fundamental um maior envolvimento e participação da população nos processos de desenvolvimento local, enquanto forma de *empowerment* e de fortalecimento de uma consciência de cidadania em prol do desenvolvimento da sua localidade. Esta dimensão foi abordada pelos/as entrevistados/as enquanto veículo impulsor de uma estratégia de ação para a promoção do desenvolvimento local e mobilização do tecido associativo.

b) Reconhecimento da importância do papel do associativismo no desenvolvimento local e valorização do contributo das associações que privilegiam o paradigma identitário assente nos pressupostos do desenvolvimento territorial

De acordo com os dados recolhidos, tanto os/as dirigentes associativos e como os/as representantes do poder local valorizam a importância do papel das associações na promoção do desenvolvimento local. Devido ao (i) reconhecimento da amplitude da sua intervenção multisectorial e heterogénea, que abarca as seguintes áreas: cultural, recreativa, desportiva, social, saúde, património, ambiente, arte, religião; (ii) à abrangência das suas iniciativas e atividades para a população em geral, com especial destaque para as pessoas em situação de vulnerabilidade; e (iii) pelo facto de encontrarem

respostas alternativas às carências locais quando as respostas governamentais são insuficientes, desadequadas ou inexistentes.

“O papel das associações continua a ser muito importante, até porque as associações ainda interferem muito localmente em todas as iniciativas.” A4
“É extremamente importante. Dão respostas sociais nas diversas áreas que intervêm.” A7

No que se refere à natureza da intervenção das associações são apresentadas características que as distinguem dos restantes atores que intervêm no nível local. Os/as entrevistados/as realçam o fato delas deterem um conhecimento privilegiado – “de dentro” – sobre os problemas, as necessidades e os recursos locais disponíveis para a sua resolução. Por outro lado, a sua ação é apresentada como localmente integrada, visto alicerçar-se num conjunto de valores e de aspetos culturais característicos daquela localidade. Estes reforçam o papel das associações nas parcerias para a intervenção local, contudo não se traduzindo diretamente na legitimidade de representação da população local. Deste modo reconhece-se que as associações revelam maior proximidade com as comunidades onde estão inseridas, embora sejam deixadas alertas para a necessidade de se observar estas questões com alguma cautela.

“Uma associação tem de ser qualquer coisa reconhecida pelo território. (...) Enquanto as associações não assumirem como primeiro objetivo criarem vínculos com o território (...) e fazerem desse o reconhecimento da sua ação, dificilmente terão sucesso.” A8

De um modo geral, os/as entrevistados/as consideram que o tecido associativo de Peniche apresenta características muito diversificadas ao nível da intervenção, das atividades, da frequência com que as atividades são realizadas, dos recursos e do seu público-alvo. Nas entrevistas foram diferenciados dois tipos de perfis associativos: (i) por um lado, as associações cuja intervenção tem por base o desenvolvimento territorial; e, (ii) por outro, as associações cuja intervenção se baseia no desenvolvimento interno da própria associação. No discurso dos/as entrevistados/as, este tema surge retratado através da dicotomia entre o “meio rural” e o “meio urbano”, sendo, neste particular, coincidentes as perceções das associações e do poder local. Nas citações que se seguem são identificados os elementos que distinguem as associações, relativamente à forma como a comunidade participa nas associações, ao tipo de liderança associativa e, num plano instrumental, como as associações organizam internamente o âmbito da sua ação.

“Numa aldeia as pessoas são mais unidas e fazem mais em prol da sua coletividade do que na cidade. Na aldeia eles fazem para comer na cidade eles querem que as coisas já estejam prontas para comer. Na maior parte das coletividades das aldeias as pessoas estão lá para servir as coletividades e na maior parte das coletividades das cidades as pessoas estão lá para se servirem das coletividades, em termos políticos porque as associações são o trampolim para cargos políticos, para a Câmara ou para as comissões políticas.” A3

“Eu acho que as [associações da cidade] de Peniche têm uma lógica mais virada para dentro, nas três freguesias mais rurais já é mais para fora, ou seja, eles estão ao serviço da população e a responsabilidade que têm também no desenvolvimento do seu local é um ponto que as pessoas se identificam e se apropriam.” PL5

Posto isto, o “meio rural” emerge no âmbito deste estudo como estando conotado com características mais orgânicas e solidárias, assentes no paradigma identitário, em oposição ao “meio urbano”, conotado com características mais racionais e instrumentais, assentes no paradigma de acesso a recursos. Estabelecendo um paralelismo com a análise de Monteiro, as associações com as

características mais próximas ao meio rural a sua ação é hétero-centrada¹⁴ e as associações com características mais próximas ao meio urbano a sua ação é autocentrada¹⁵ (2004). Isto leva-nos a questionar se a orientação para a ação pode traduzir-se num maior ou menor contributo das associações para o desenvolvimento local. Em termos analíticos, alerta-se para a possibilidade destas características se aproximarem do sentido atribuído por Max Weber aos ideais-tipo, ou seja, para o fato de ser possível encontrar associações no meio rural que reúnam (algumas) características do meio urbano e vice-versa.

Relativamente ao contributo do associativismo na promoção do desenvolvimento local, é referida a urgência em apoiar e reforçar o tecido associativo de modo a que este se torne mais forte e com mais iniciativa. Também é reforçada a ideia que estas ações devem ter por base processos sustentados, executados à luz de metodologias de planeamento estratégico.

“Os territórios têm de repensar o que é o associativismo em função daquilo que é o seu projeto de desenvolvimento estratégico. Não é indiferente para um território ter ou não um associativismo forte. O associativismo forte é uma ferramenta ao serviço do planeamento estratégico e isto implica por parte dos agentes territoriais um investimento no associativismo, porque esse investimento é replicável.” A8

c) Relações interinstitucionais entre as associações e o poder local baseadas numa lógica de “apoio” e caracterizadas pela informalidade e proximidade

Ao analisar os cinco testemunhos do poder local verifica-se que estes mantêm uma relação de apoio às associações. Este apoio é maioritariamente logístico e financeiro, e apresenta-se quase sempre numa lógica de pro-atividade de “baixo para cima”, ou seja, são as associações a dirigirem-se às autoridades locais, apresentam as iniciativas que pretendem realizar e a solicitam o seu apoio. Esta dinâmica é defendida por alguns dos/as entrevistados/as do poder local, embora sejam identificados também alguns obstáculos.

“Defendo que devem haver muitas iniciativas que partam das associações (...) as iniciativas sugeridas pelas associações têm mais impacto do que quando são sugeridas pela X.” PL1.

Quando estamos perante a “não emergência” da iniciativa local, este tipo de relação poderá reforçar ainda mais a inibição e levar a que o poder local, de forma a colmatar esta lacuna, se sinta constrangido a substituir o trabalho que poderia/deveria ser realizado pelas associações, criando, deste modo, obstáculos ainda maiores à emergência desta mesma iniciativa local.

“Em termos de apoio da X, praticamente é nulo. A X não tem protocolos com associação nenhuma. Apoiamos todas as atividades que as associações promovam. (...) Agora se uma associação não tem atividades nenhuma o que vamos apoiar?” PL2.

Em contrapartida, uma das justificações para o retraimento da ação e das atividades das associações é apresentada como estando relacionada com a fragilidade financeira em que estas se encontram,

¹⁴ A ação hétero-centrada tem “como característica um olhar primeiro sobre a comunidade, suas necessidades e solicitações. Não colocam como prioridade o seu desenvolvimento como estrutura e condição necessária de capacitação de resposta, mas sim o desenvolvimento da comunidade para a qual dirigem a sua intervenção” (Monteiro, 2002: 235).

¹⁵ A ação autocentrada traduz-se numa “focalização primeira nos objetivos essencialmente sobre a vertente instrumental do desenho da iniciativa de desenvolvimento local, uma preocupação centrada na consolidação, alargamento ou enriquecimento de uma estrutura orgânica e de gestão que permita o exercício de um determinado tipo de intervenção” (op. cit.).

sendo mesmo apontada como a maior dificuldade que as associações enfrentam atualmente. Esta situação aliada ao tipo de relação estabelecida entre as associações e poder local leva-nos a questionar se este tipo de apoio não estará a contribuir para a criação de uma relação de dependência com base na lógica do subsídio, que, por sua vez, pode promover ou reforçar a “não emergência” da iniciativa local, contribuindo, assim, para o enfraquecimento da capacidade pró-ativa e reivindicativa característica do associativismo e para a limitação da ação associativa, que assim se sente obrigada a se ajustar ao apoio disponível e não às necessidades e aos problemas sentidos localmente.

“Há uma ligação unilateral. Há a relação de solicitar a colaboração da X naquilo que é necessário elas [associações] desenvolverem, há aqui uma ligação de dependência, ‘nós vamos fazer isto mas vamos pedir isto à X’, numa lógica de subsídio.” PL5

Nas diversas localidades do concelho, as relações entre o poder local e as associações são na sua maioria de carácter informal. Grande parte das entidades entrevistadas não formalizam o apoio que prestam, mesmo quando este é regular. A título ilustrativo, apenas uma entidade do poder local afirmou ter celebrado protocolos com as associações. Esta informalidade nas relações entre o poder local e as associações foi valorizada por se traduzir no acesso mais direto e menos burocrático às autoridades locais. Da mesma forma, esta informalidade pode refletir o apoio privilegiado a uma rede de contatos pessoais com base em critérios menos claros, beneficiando umas associações em detrimento de outras, contribuindo, deste modo, para a “não emergência” da iniciativa local.

Paralelamente à informalidade, estas relações também foram assumidas pela sua marca de grande proximidade, com indicações de uma comunicação regular entre os dirigentes associativos, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Em alguns casos, as Juntas de Freguesia assumem o papel de intermediárias nas relações entre as associações e a Câmara. Tanto as Juntas como a Câmara são chamadas a intervir no relacionamento interassociativo, por exemplo, quando há empréstimo de materiais. Esta proximidade é incentivada pela dimensão territorial das freguesias e do próprio concelho, pelo conhecimento pessoal dos dirigentes e pela necessidade de haver uma organização institucional mediadora que de alguma forma confira alguma garantia no empréstimo/partilha de recursos. Para além da comunicação regular e informal, um dos representantes do poder local referiu a necessidade de articular com dirigentes associativos de modo a evitar futuros conflitos.

“Na altura em que as direções tomam posse há, normalmente, uma reunião com o executivo da X, para formalizar o que é necessário e para conversarmos para que isto ande certo, para não haver desentendimentos entre a X e as associações, porque por vezes a cor política faz isso” PL 3.

A informalidade e a proximidade levantaram, no entanto, algumas questões no que se refere à transparência, coerência e equidade dos critérios de atribuição de apoios às associações.

“Temos aqui depois uma coisa curiosa – é por isso que a carta associativa é urgente – que é os apoios públicos municipais não terem um critério de resultados terem só um critério de distribuição. Se calhar aquelas associações mais dinâmicas deviam ser mais apoiadas porque têm mais resultados em vez de se apoiar o baile da freguesia que acontece no Natal, que é importante, mas que as próprias comunidades podem fazer” A8.

Um dos aspetos que sobressaem na análise das relações interinstitucionais, entre as associações e o poder local é a ausência/omissão da noção de parceira. No contexto de Peniche, é notória a

colaboração entre entidades. A relação entre elas tende a constituir-se num conjunto de esforços em torno de um objetivo concreto. Contudo, de acordo com as entrevistas, esta colaboração é marcadamente espontânea e limita-se, maioritariamente, à participação na atividade. Ou seja, não privilegia a edificação coletiva da ação/intervenção com base no planeamento estratégico participativo. Utilizando as palavras de um/a dos/as entrevistados/as, a colaboração apresenta-se como um “prato pronto para comer”. Esta temática será aprofundada na alínea seguinte. Ressalva-se, no entanto, que ao nível das relações institucionais, há várias associações no concelho de Peniche que têm protocolos celebrados com instituições estatais, tais como, a Segurança Social e o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

d) Relações interassociativas caracterizadas pela informalidade e proximidade, associações disponíveis para a participação mas com pouca capacidade de mobilização e existência de uma história de cooperação sem a interiorização de uma cultura de cooperação

Em Peniche verifica-se uma grande dinâmica nas relações interassociativas, não só entre associações da mesma freguesia, mas também entre associações de freguesias diferentes. As relações interassociativas identificadas nas entrevistas vão desde a cedência de equipamentos (palcos, tendas) e de espaços (salas para reuniões ou para sede de outras associações), passando até pelo financiamento de atividades de outras associações (equipa de futsal). De acordo com a maioria dos/as entrevistados/as existe, no concelho, uma história de cooperação entre o tecido associativo que se baseia fundamentalmente nesta partilha de recursos.

“A ligação com outras associações demonstra que há, em termos associativos, uma ligação forte e todas as associações do nosso concelho, de uma maneira geral partilham o seu conhecimento e os próprios meios” A7.

De uma forma geral, as associações avaliam positivamente as relações interassociativas, sublinhando o apoio mútuo que existe entre elas. Contudo, os/as entrevistado/as também identificam a existência de alguns conflitos entre associações que são abordados com base na competição e no crescimento associativo entre associações que desempenham a mesma atividade ou podem resultar num fechamento sobre a própria associação, impedido a partilha de recursos e a articulação na compra ou construção dos mesmos. Este fechamento também é associado a bloqueios ao nível de conhecimentos, ideias e experiências.

“Na mesma localidade, onde há mais do que uma associação normalmente funcionam mal, as associações gostam de ser independentes e não se associam muito dentro da mesma localidade.” PL2.

“No patamar da intercooperação associativa, é que nós temos uma catrafada de associações em Peniche, algumas até perseguem objetivos similares, mas depois nunca se encontram, nunca se entendem, não trocam recursos.” A8

“O problema do associativismo em Peniche é que cada um fica na sua capelinha e andamos aqui a brincar às capelinhas.” PL4.

Como vimos anteriormente, a relação institucional com base na informalidade e proximidade, dependendo de uma rede de contatos pessoais dos/as dirigentes pode ajudar a explicar o fato de metade das associações não identificar as relações estabelecidas com as outras associações como uma parceria. À semelhança do referido nas relações interinstitucionais, denota-se uma certa reticência na utilização da palavra parceria e em assumir as relações interassociativas como relações de parceria

Sendo que apenas uma das associações afirmou possuir parcerias contudo assumiu logo a sua ligação pessoal com as associações parceiras.

“Há parcerias interassociativas mas depende dos dirigentes, o que torna a parceria frágil” PL5.
“Eu chamaria mais uma relação de interligação, de partilha de conhecimentos, de ligação entre os nossos utentes e as técnicas entre outras associações” A7.

“Os nossos projetos são sempre realizados em parceria. Nós temos parcerias muito fortes, por razões até quase que dizia afetiva, há uma relação muito grande com [a associação X e as organizações Y e Z], porque eu estou nos três lados.” A8.

No entanto, de um modo geral, os/as dirigentes associativos apresentam uma grande disponibilidade para participarem nas atividades das outras associações para as quais “são convidados”, ou seja, em sequência de iniciativas externas. Quando questionados/as sobre o que mudariam no relacionamento interassociativo, reconhecem que deveria haver mais envolvimento, colaboração e também algum apoio da Câmara e/ou da Junta de Freguesia na criação de parcerias.

“Devia de haver mais parceria, mais envolvimento. Isto do associativismo, como o próprio nome diz ‘associa’ e devia associar mais pessoas.” A5.

Novamente, e fazendo o paralelismo com as relações institucionais, as relações interassociativas tendem a caracterizar-se pela colaboração momentânea, assente na rede de contatos pessoais. Também sobressai o fato das associações demonstrarem disponibilidade para a participação e de reconhecerem a necessidade de aumentar a interligação e as parcerias entre elas, contudo não reconhecem em si capacidade para mobilização e apelam ao poder local para assumir este papel. O reconhecimento da inexistência de parcerias e a atribuição dessa responsabilidade a terceiros demonstra o facto de ainda não estar estabelecida em Peniche uma cultura de cooperação.

“Não há muito interesse em aprofundar relações [entre associações].” A6
“Eu acho que não, há histórias de cooperação quando há empatia pessoal entre dirigentes. (...) Eu diria que não há essa cultura instalada.” A8
“Não há muito treino nesse sentido. (...) não há cooperação porque não sentiram a necessidade, mas se for estimulado isso pode vir a acontecer.” PL5.

As questões ligadas à capacidade mobilizadora das associações não se manifestam apenas ao nível externo, também internamente indicaram possuir grandes dificuldades para mobilizar os seus associados e para constituir quadros dirigentes. De acordo com as entrevistas, parece haver uma certa desmotivação e desencantamento ligado às questões do associativismo e do voluntariado, devido (i) ao aumento das dificuldades inerentes à experiência associativa; (ii) à pouca visibilidade do trabalho associativo; e (iii) ao facto do trabalho desenvolvido pelas associações estar exposto à crítica e à sua depreciação popular (fenómeno apontado por vários/as dirigentes associativos). Esta questão também surge associada ao que os/as entrevistados/as consideram ser as características intrínsecas das relações nas sociedades contemporâneas, com base no individualismo e na racionalidade.

“O associativismo passa por uma grande crise de carolas, de pessoas disponíveis para trabalhar para os outros. Porque quando se fala de associativismo, falamos de fato de pessoas preparadas e com mentalidade para trabalhar no fundo para os outros. (...) Essa é uma critica grande que eu tenho de fazer aos jovens, (...) toda a gente pensou que já era rica e que já ninguém precisa de ninguém e esquecem-se que precisamos todos uns dos outros. (...) Este é um trabalho que compete a todos e será tanto melhor se nos dedicarmos todos. Não tenho dúvidas nenhuma, há muita gente desta terra com grandes capacidades intelectuais e até financeiras que praticamente não fizeram nada pelas causas públicas e sociais desta terra.” A4.

e)A Câmara Municipal é considerada a entidade com legitimidade e capacidade para assegurar a liderança dos processos de desenvolvimento, através da coordenação, apoio e promoção da participação do tecido associativo, que assume um papel mais periférico de participação e execução

No que se refere à responsabilidade sobre a dinamização do desenvolvimento local e da promoção do bem-estar da comunidade, com exceção de um representante do poder local que não se quis posicionar, os restantes entrevistados/as consideram que a liderança dos processos de desenvolvimento devem estar a cargo do poder local – Câmara e/ou Juntas. A Câmara Municipal foi a entidade que reuniu maior consenso, sendo considerada, pelas associações, a entidade com maior legitimidade e capacidade de impulsionar e dinamizar estes processos. A escolha da Câmara para a liderança destes processos pode também estar ligada à diferenciação de papéis entre a Câmara e a Juntas, quer no que se refere à abrangência territorial, quer ao âmbito da sua intervenção em prol do desenvolvimento local. A Câmara também surge como a entidade territorial com maior capacidade financeira, fazendo surgir, novamente, a correlação entre a capacidade financeira e a capacidade de ação.

“O poder local são os nossos representantes eleitos por nós (...) Entidades que estão ligadas ao poder central e local e que têm apoios” A1

“Cada vez mais a Junta é o motor de intervenção na vida de cada aldeia (...) A Câmara como força aglutinadora concelhia, com mais capacidade, com mais responsabilidade, que as pessoas respeitam, tem esse papel também forte de juntar e apoiar as pessoas acompanhando.” A4.

“[A Junta faz o que lhe] compete mais ao nível cultural, mais ao nível do desenvolvimento do património histórico. Numa outra vertente, mais da parte do Município, são os planos e o planeamento.” PL2.

“Neste momento de crise só vejo o município” A2.

Relativamente ao tipo de liderança, de um modo geral os/as entrevistados/as defendem uma liderança que coordene, colabore, apoie e motive o tecido associativo, promovendo a participação através de encontros – “Agregadora, promotora, mobilizadora, facilitadora dessa intercooperação desse contacto” (A8). Estes encontros e reuniões foram apresentados como devendo ter a participação das diversas associações, podendo, em determinados momentos e dependendo do contexto, assumir um cariz mais alargado, incluindo a população e/ou outras instituições relevantes. Os dirigentes associativos foram unânimes em destacar a necessidade destes espaços serem geridos de um modo transparente, sistemático e estruturado. Argumentou-se, por exemplo, as vantagens destas reuniões seguirem uma ordem de trabalhos, serem regulares mas espaçadas no tempo e fora do horário laboral. As associações demonstram disponibilidade e interesse em participar nas reuniões e sessões de trabalho.

De acordo com as entrevistas, estes encontros permitem a troca e partilha de ideias, informações e experiências e poderão transformar-se no futuro em espaços de promoção de aprendizagens e de formação formal, informal ou não formal.

“Podemos trocar impressões com os órgãos camarários e com as outras associações com mais frequência, desabafar os nossos problemas e neste intercâmbio e troca de informações boas e menos boas pode vir sempre desta partilha ideias que não se pode aplicar na nossa associação mas noutras associações podemos tirar sempre uma mais-valia.” A 2.

Contudo, apesar da disponibilidade e vantagens identificadas, os/as dirigentes associativos destacam a necessidade das reuniões/encontros serem “estimulantes” de modo a incentivar a participação contínua. Deste modo, depreende-se que a responsabilidade de coordenar e determinar as

orientações para a promoção do desenvolvimento continua a ser atribuída ao Estado, na figura do poder local, sustentada pela sua maior capacidade e legitimidade. As associações assumem, para si próprias, no entanto, uma função periférica contribuindo para o desenvolvimento, fundamentalmente, através da execução de tarefas e atividades, o que, em certa medida, acaba por as fragilizar na centralidade do papel das comunidades nos processos de desenvolvimento local.

A Associação de Desenvolvimento Local de Peniche (ADEPE) também foi mencionada por um/a dirigente associativo como uma das entidades locais com legitimidade para assumir a liderança dos processos de desenvolvimento, uma vez que esta é a associação para desenvolvimento local do concelho. Também foi identificada a possibilidade da criação de uma entidade local ou uma comissão aglutinadora que assumisse a liderança dos processos de desenvolvimento local e que tratasse das questões ligadas ao associativismo. Esta poderia ter intervenções de carácter político, defendendo e reivindicando os interesses das associações.

“Acompanhasse, desenvolvesse e que promovesse encontros com os líderes e dirigentes de associações, no sentido de concentrar e unir esforços todos no mesmo sentido e promover ações cada vez mais interessantes.” A2.

“Essa entidade para além de ter essa função aglutinadora e de gestão de todas as associações tinha de ter também uma função política. Eu chamar-lhe-ia uma Federação Local, que representava todas as associações, para quê, para esta entidade poder ter alguma pressão junta da Câmara Municipal, junto da Segurança Social, junto do Instituto do Desporto. Essa Federação deveria ter uma função que representasse as associações num âmbito mais lato, mais alargado e era assim que eu concebia fortalecer as diversas associações.” A7.

As associações ao defenderem a necessidade de uma entidade exterior que as apoie, defenda e que sobretudo se posicione numa lógica reivindicativa em sua representação, acabam por revelar a sua posição periférica e/ou “desempoderada” no contexto de mudança e desenvolvimento local fazendo evidenciar perceções de fragilidade face à sua capacidade de mobilização coletiva e ao seu papel de dinamização no quadro do desenvolvimento local. Esta situação pode dever-se à identificação da conjunção da fragilidade financeira que as associações atravessam; à incapacidade de se organizarem e juntarem para a concretização de objetivos comuns e ao facto das relações institucionais de apoio assentarem na informalidade e na proximidade, o que torna as associações reféns da sua própria “autonomia”.

4. CONCLUSÕES

Ao longo desta dissertação, procurou-se conhecer as dinâmicas específicas relativas ao tecido associativo do concelho de Peniche e as suas representações e perceções sobre o seu papel no desenvolvimento local, tendo em vista o seu envolvimento coletivo nos processos de desenvolvimento local. Esta dissertação também pretendia responder à necessidade da Câmara Municipal de Peniche de compreender como é que, de acordo com as características contextuais e do tecido associativo local, pode empreender um processo de governança colaborativa, de modo a criar condições para o envolvimento coletivo das associações locais nos processos de Desenvolvimento Local. Assim sendo, apresentam-se as principais conclusões deste estudo.

4.1. Síntese

Através deste estudo confirmou-se a importância do papel do tecido associativo no concelho de Peniche. Valorização que advém, fundamentalmente, da sua capacidade de resposta às necessidades sentidas localmente e da abrangência de áreas que intervém, com especial relevo para as áreas cultural, recreativa, desportiva e social. Um dos aspetos que sobressaem da sua caracterização é o peso relativo do universo de associados - 79,1% da população total do concelho. Este valor reforça a importância atribuída às associações, contudo, numa análise aprofundada, verifica-se que *a capacidade de mobilização interna das associações está a enfraquecer*, sendo que, os principais problemas e desafios identificados se referem à dificuldade de mobilizar os associados e os quadros dirigentes. Há manifestamente uma *perda de “status social” do trabalho associativo* e a desvalorização do trabalho voluntário. Os fatores apontados como causas para estes fenómenos estão relacionados com as dificuldades inerentes às funções e responsabilidades associadas ao desempenho de funções diretivas numa associação de cariz voluntário. A diminuição da capacidade de mobilização do tecido associativo também pode estar relacionada com as dificuldades financeiras que a maioria das associações enfrenta atualmente. Estas dificuldades aumentam a complexidade da gestão das associações e impõem um maior investimento e disponibilidade para abraçar, voluntariamente, os desafios associativos.

Denota-se igualmente um *ligeiro enfraquecimento nos laços de “solidariedade” nas relações “intra” e “inter” associativa*, que se refletem na *diminuição da capacidade de mobilização associativa, no fechamento de algumas associações sobre si próprias e na fragilidade de uma cultura de cooperação*. Este enfraquecimento leva-nos a questionar se se assiste em Peniche ao esmorecimento da “vitalidade comunitária” e à diminuição do “capital social”, no que se refere à manutenção de normas e obrigações morais, dos valores sociais (confiança) e das redes sociais associativas. Outro fenómeno identificado como uma possível ameaça ao estímulo da cooperação

interassociativa, é o facto das relações interassociativas e institucionais serem marcadamente informais e de proximidade.

Paralelamente ao reconhecimento do protagonismo do tecido associativo no desenvolvimento local é identificada a *importância da liderança do Estado destes processos*, porque a simples disponibilidade de recursos e a existência de iniciativa local só por si não são garantia de desenvolvimento local, como foi referido anteriormente. As conceptualizações que contribuem para a base teórica do desenvolvimento local e de governança colaborativa, defendem que devem existir lideranças nestes processos. Henriques (1990, 2006, 2007, 2014), com base no contexto português, defende a importância do envolvimento do Estado, destacando o papel dos Municípios nos processos de desenvolvimento local. Mais concretamente, na reformulação do seu papel, através da centralização e descentralização e do incentivo à criação de formas de ação coletiva. Ao longo deste estudo, também foi identificada pelos/as entrevistados/as, a necessidade de haver uma liderança na condução do processo de envolvimento do tecido associativo nas dinâmicas de desenvolvimento local. A Câmara Municipal foi reconhecida como a instituição com maior legitimidade e capacidade de estimular, animar e mobilizar a participação do tecido associativo nestes processos¹⁶.

A definição de desenvolvimento local apresentada pelos/as entrevistados/as aproxima-se da noção do “outro” desenvolvimento. Estes argumentam que o desenvolvimento deve centrar-se na promoção da qualidade de vida e do bem-estar das comunidades locais, através da sua participação na resolução dos seus problemas e necessidades. Reconhecem o facto do desenvolvimento local requerer uma ação integrada, porém a dimensão social é considerada como fundamental e segundo os mesmos deve usufruir de um maior investimento. De um modo geral, o contributo atual das associações de Peniche concentra-se na resposta individual às carências locais do âmbito social e o âmago da sua existência e intervenção concentra-se, maioritariamente, em torno das dimensões social e cultural, com menos incidência na ambiental.

A dimensão política do desenvolvimento local foi abordada enquanto estratégia de promoção deste envolvimento, através da realização de encontros entre as associações mediados pelo poder local, na figura da Câmara Municipal. Relativamente à ação na dimensão política, a análise dos dados recolhidos distinguiu duas subdimensões de ação: a governança e a mobilização para a ação. A subdimensão da governança corresponde (i) às relações informais e de proximidade interassociativas e entre as associações e o poder local; (ii) à disponibilidade das associações para participarem em iniciativas quando lhes é solicitado; (iii) e à capacidade de mobilização, mediação e promoção pontual de atividades pelo poder local. A subdimensão da mobilização para a ação diz respeito (i) à orientação para ação das associações, ou seja, à ação com base no paradigma identitário (meio rural) e no paradigma de acesso a recursos (meio urbano); e (ii) à capacidade de mobilização interpares.

¹⁶ A referência da Câmara Municipal de Peniche para líder do processo de mobilização associativa, vem reforçar a sua capacidade de liderança e de ação, visto que já tinham iniciado, em 2012, um processo de ação coletiva para a elaboração da Carta Local para o Associativismo. Todavia, chama-se a atenção para o facto de esta preferência poder ter sido condicionada pelo envolvimento da Câmara neste estudo.

No que concerne à dimensão económica, esta é considerada uma dimensão importante, contudo é vista como um fator externo, que se apresenta como um fenómeno contextual onde a ação associativa acaba por não ser equacionada. Nas entrevistas esta dimensão foi abordada como uma responsabilidade do Estado ao nível central e municipal, sendo a Câmara identificada como a única organização local com poder e capacidade para intervir nesta dimensão.

4.2. Propostas para a ação

O Quadro 4.1 permite a visualização da ação das associações e do poder local nas respetivas dimensões do desenvolvimento local, relativamente ao que se verifica na atualidade (“como é atualmente”), ao que os/as entrevistados/as consideram que deve ser (“o que propõe”) e ao que, de acordo com a análise elaborada nesta dissertação, se propõe (“proposta”). Assim sendo e de um modo geral, propõe-se a intensificação da ação do tecido associativo e do poder local nas diversas dimensões do desenvolvimento local (Quadro 4.1). A dimensão social apresenta maior concentração da ação e da intervenção por parte dos dois atores coletivos. Porém denota-se a necessidade de aumentar a articulação entre instituições (associações e poder local) no que toca à intervenção e à planificação conjunta da resolução das necessidades e problemas locais. Face ao exposto, ressalva-se que há em Peniche experiências muito interessantes de intervenção assentes na concertação e na cooperação, através da mediação e coordenação da Câmara Municipal, tais como, os projetos da Rede Social, GPS – Gabinete de Proximidade para a Sustentabilidade e o conselho municipal da juventude (criado recentemente) e as atividades anuais da feira da saúde e da semana da juventude. Com exceção das atividades anuais e do envolvimento das associações de cariz social na Rede Social e no GPS e de cariz juvenil no conselho da juventude, a participação associativa nos restantes projetos é muito residual. Para contornar esta situação é importante desenvolver espaços que fomentem a dinamização associativa, o conhecimento e a reflexão em torno dos problemas e necessidades locais, a criação conjunta de estratégias e a responsabilização dos atores envolvidos na sua resolução.

Quadro 4.1 - Ação das associações e do poder local por dimensão do desenvolvimento local

Dimensões do Desenvolvimento Local	Como é atualmente		O que propõe		Proposta	
	Assoc.	Poder L.	Assoc.	Poder L.	Assoc.	Poder L.
Social/ Cultural/ Ambiental						
Política						
Económica						

Legenda: Escala representativa da intensidade da Ação

Inexistente  Extremamente forte

No que respeita às relações estabelecidas entre o poder local e as associações, chama-se a atenção para o facto de se enquadrarem na figura do Estado “financiador” e “dinamizador”, cuja ação tende a limitar a autonomia das associações e a estimular uma lógica de dependência assente na obtenção de

subsídios e na restrição da participação ao momento da execução das atividades. O que se propõe é que esta relação se possa alterar para um modelo de relacionamento institucional em que o Estado possa assumir sobretudo um papel de “animador” e “parceiro”, reforçando o seu papel enquanto mobilizador e mediador, de modo a fomentar o surgimento de novas formas de regulação social e de ação coletiva. Esta alteração de papéis propõe que a ação do Estado tenha por base uma prática alternativa e renovada de intervenção, através de um funcionamento mais enquadrado pelos princípios da governança colaborativa. Isto pressupõe o envolvimento e a participação das associações (i) na discussão das necessidades e problemas locais, (ii) na definição e deliberação das áreas prioritárias de intervenção e das estratégias de resolução dos problemas e necessidades e (iii) na ação para a solução dos mesmos. Esta transformação de paradigmas permitirá ao tecido associativo renovar a sua autonomia e consciência crítica. Pois só através do reforço da ação das associações, do seu *empowerment* e capacitação, será possível restabelecer/reforçar o carácter autónomo, proactivo e alternativo da sua intervenção e potenciar o seu papel estruturante no quadro da promoção do desenvolvimento local. A criação de novas sinergias entre o Município e as associações possibilitam a inovação e/ou a sustentabilidade na resolução das necessidades e dos problemas sentidos localmente. Este é um aspeto importante, uma vez que, como foi referido no início deste trabalho, a Câmara Municipal de Peniche pretende dar continuidade a este processo de mobilização com base na abordagem de governança colaborativa. Seria interessante considerar-se a criação de uma estratégia de ação que também envolva-se a participação e o contributo das Juntas de Freguesia, retirando vantagem para todo o processo da sua proximidade com as especificidades territoriais e da sua ação no quadro do papel dos atores públicos.

O papel do Município também poderá ser preponderante no (re)estabelecimento da capacidade de organização e de iniciativa do tecido associativo, uma vez que se começa a denotar o enfraquecimento da capacidade mobilizadora e do “capital social” e uma propensão para a não emergência da iniciativa local. Estes fenómenos requerem que a ação do Estado seja emancipadora, de modo a potenciar a (re)construção de laços sociais e a promover o *empowerment*, a autonomia e a participação das associações nos processos de desenvolvimento local. Para que isto aconteça é necessário que: (i) se respeite a autonomia e o carácter alternativo da intervenção associativa; (ii) se criem novas formas de regulação social mais solidárias e assumidas por todos; e (iii) se fomente a criação de novas formas de ação coletiva que promovam a (re)construção reflexiva de identidades coletivas. Para além do reforço do “capital social”, também é fundamental encontrar estratégias que promovam os outros pilares da sustentabilidade, nomeadamente os que se relacionam com as dinâmicas financeiras das associações, a sua participação nas dinâmicas económicas e ambientais e a estabilização de modelos de funcionamento institucional e orgânicos que viabilizem uma integral participação dos atores nos processos.

Relativamente à informalidade e proximidade das relações, considera-se que representam aspetos específicos da identidade local que podem e deverão ser mantidos e nutridos, acautelando, contudo,

que devem ser tomadas medidas de modo a evitar e minorar o tipo de ambiguidades identificadas. Desta forma, acredita-se ser possível restabelecer a confiança, criar bases para a cooperação e para constituição de redes sociais (i) se o apoio institucional for atribuído mediante critérios previamente definidos e (ii) se forem criados espaços de encontro interassociativo que promovam o interconhecimento e fortalecimento da relação interpessoal dos dirigentes associativos do concelho que potencie a sua ação e função estrutural para o desenvolvimento do concelho.

Uma das necessidades apontadas pelas associações foi a clarificação e definição dos critérios subjacentes ao apoio atribuído pela Câmara Municipal. Estas apelam à criação de um instrumento estratégico que regularize a cedência dos apoios institucionais e que promova uma visão estratégica de dinamização da ação associativa em prol do desenvolvimento local. Para este efeito a Câmara pretende criar a Carta Local para o Associativismo, que será elaborada coletivamente com as partes interessadas, de modo a permitir a promoção da ação coletiva em prol do desenvolvimento local. Para além disto, a Carta deverá legitimar a liderança da Câmara ao nível da dimensão política e da dimensão económica e abrir à sensibilização e criação de campos de atuação associativa noutros domínios.

Ao nível da dimensão económica, é fundamental criar condições para que, quer o poder local quer as associações reforcem e alarguem a sua ação. O alargamento da ação associativa para esta dimensão pode constituir-se enquanto ímpeto dinamizador capaz de solucionar alguns dos desafios que as associações enfrentam atualmente, tais como, a revitalização da situação financeira. É importante desmistificar a noção que esta é uma dimensão que só pode ser intervencionada externamente e reconhecer que as localidades têm capacidade de influenciar positivamente a dimensão económica. Porém é necessário envolver os atores locais na edificação de estratégias coletivas que promovam a animação da económica local, através da identificação e valorização de recursos endógenos e da identificação e mobilização de recursos exógenos. A Carta Local para o Associativismo poderá contribuir para a criação de uma nova dinâmica associativa na dimensão económica, através do alargamento da ação das associações existentes ou através do estímulo à criação de novas associações. Atualmente assiste-se ao surgimento de várias experiências que combinam as dimensões social e económica, como por exemplo as associadas a economia social e solidária, que procuram explorar as oportunidades de mercado de modo a reforçar a capacidade de intervenção das organizações, criando assim novas formas de inserção pelo meio económico (Monteiro, 2004).

4.3.Caminhos para a ação coletiva em prol do Desenvolvimento Local

Respondendo ao último desafio e objetivo deste trabalho, pretende-se indicar caminhos para a promoção do envolvimento coletivo do tecido associativo nas dinâmicas de desenvolvimento local do concelho de Peniche, de acordo com as suas características. Num primeiro momento, centrou-se a análise teórica na noção de governança colaborativa. Após a análise dos dados verificou-se que os

processos colaborativos podem constituir-se como uma estratégia adequada à edificação da Carta Local do Associativismo. Contudo, no nosso entender, dadas as necessidades e as características analisadas, deveria ser despoletado um processo mais amplo que permita abordar o desenvolvimento local de uma forma mais abrangente e integrada: ancorada no cruzamento entre a abordagem “de baixo para cima”, através da participação das associações; na abordagem “de cima para baixo”, assente na liderança facilitadora da Câmara Municipal; centrada na resolução dos problemas e necessidades locais; que potencie a mobilização de recursos endógenos e exógenos (“capital social” e “capital territorial”); que fomente o *empowerment* e a capacitação dos intervenientes; que promova a ação coletiva; e que revitalize a identidade local coletiva apoiada na visão de um futuro desejado.

Neste sentido, o presente estudo permite reconhecer a animação territorial como uma estratégia adequada e viável para promover uma intervenção local com base no “outro desenvolvimento”, com o objetivo de responder aos desafios e às necessidades que o concelho de Peniche apresenta. “A Animação Territorial é um processo dinâmico de intervenção que pressupõe uma atitude reflexiva baseada numa problemática e/ou pretende responder a um conjunto de aspetos específicos contextualizados num território. Este processo constitui-se num tempo e num espaço e pressupõe uma reflexibilidade ativa apenas passível de nascer do encontro e sinergias entre os diferentes atores locais (indivíduos, grupos, organizações, instituições)” (EQUAL, 2008: 21). De acordo com o mesmo documento, a animação territorial tem como características: a liderança democrática, a negociação para gerar consensos, a capacidade de organização, a escuta ativa e a capacidade de adaptação (op. cit.).

A animação territorial propõe ainda a reflexão entre a articulação territorial das políticas públicas e as formas de governança local (op. cit.). Assim sendo, os processos de animação territorial pretendem, (i) iniciar um processo de mudança, de modo a permitir a criação de condições que possibilitem a resolução problemas e à supressão de necessidades sentidas territorialmente, com base em metodologias de planeamento estratégico; (ii) promover a integração territorial com base no desenvolvimento de estratégias de animação para a cidadania, que expandam a capacidade individual e coletiva de modo a permitir a criação de novas formas organizacionais orientadas para a ação, de estratégias de integração económica e de mobilização de conhecimentos, aprendizagem e competências; (iii) e fomentar o surgimento de novas formas de ação e governança territorial, através da articulação interinstitucional para a ação, da construção da ação coletiva e da instituição de parcerias de ação (op. cit.). Os resultados identificados com a presente pesquisa revelam não só abertura, mas sobretudo sensibilidade e reconhecimento por parte dos diferentes atores para a adoção deste tipo de abordagem.

Longe de esgotar o fértil campo conceptual e empírico das temáticas aqui abordadas, em jeito de desafio para futuras investigações seria sociologicamente relevante: (i) elaborar um estudo representativo da realidade associativa do concelho de Peniche; (ii) alargar o estudo a outros atores locais, como por exemplo, ao tecido empresarial; (iii) aprofundar a caracterização associativa com base

na dicotomia meio urbano e meio rural; (iv) analisar a “vitalidade comunitária”, avaliando a confiança e a robustez dos laços sociais de solidariedade; e (v) realizar um estudo de investigação-ação com base na estratégia de atores, e tendo em vista a monitorização dos diferentes fatores enunciados, durante o processo de elaboração da Carta Local do Associativismo.

Finalizamos com o apelo de um dos entrevistados:

“A mensagem que eu deixo aqui é entendermos que o associativismo não é uma coisinha para entreter as pessoas, é uma ferramenta de desenvolvimento estratégico e que tem de ser pensada e trabalhada como tal.” A8

5. BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Rogério R. (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de alguns exemplos*, Lisboa, ISCTE/IEFP.
- Amaro, Rogério R. (2000), “O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento”, em *Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, Messejana, Esdime - Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, pp. 155-169.
- Amaro, Rogério R. (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*, *Caderno de Estudos Africanos*, Lisboa, N.º XX, pp. 35-70.
- ANIMAR (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Vialonga, Animar.
- Ansell, Chris e Alison Gash. (2007), “Collaborative Governance in theory and practice”, *Journal of Public Administration Research and Theory*, vol 18. pp 543-571.
- Bartolini, Stefano e Luigi Bonatti (2007), Endogenous growth, decline in social capital and expansion of market activities, (online) *Munich Personal RePEc Archive*.
Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/3341/>
- Burgess, Robert G. (2001), *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Cabral, Manuel Villaverde (org) (2000), *Atitudes sociais dos Portugueses*, Trabalho e Cidadania. Lisboa, ICS-ISSP.
- Camagni, R. (2008), “Towards a Concept of Territorial Capital”, em R. Capello, R. Camagni, B. Chizzolini, U. Fratesi, *Modelling regional scenarios for the enlarged Europe*, Berlin, Springer.
- Câmara Municipal de Peniche (2012), *Relatório de Caracterização dos Recursos Associativos Locais*, Divisão de Planeamento e Intervenção Social, Peniche, CMP.
- Capucha, Luís (1990), Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º8, pp. 29-41.
- Coelho, Sandra Lima (2008), “Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamento de um estudo de caso de uma Associação de Promoção ao Comércio Justo”, comunicação apresentada na conferência *O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza*, 31 Maio de 2008, Santa Maria da Feira.
Disponível em: http://isociologia.pt/App_Files/Documents/working29_101019094709.pdf
- Comissão Europeia (2001), *Governança Europeia: um livro branco*, Bruxelas, COM, 428 final.
- Concelho Local de Ação Social (2004), *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche*, Rede Social, Peniche, CLAS.

- Fragoso, António (2004), "Os significados do território na perspectiva do desenvolvimento: para uma análise dos problemas e tensões actuais", *Cidades - Comunidades e Territórios*, Lisboa, CET - Centro de Estudos Territoriais, N.º 8, pp. 9-20.
- Gabinete de Gestão EQUAL (2008), *Animação Territorial – Caminhos para a Inovação Social*, Portugal, EQUAL.
- Gotlieb, Yosef (1996), *Development, environment and global dysfunction: towards sustainable recovery*, Delray Beach, St. Lucie Press.
- Guerra, Isabel (2006), *Participação e Ação Coletiva: Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril, Principia.
- Habermas, Jurgen (1987), *Théorie de l'Agir Communicationnel*, Paris, Fayard.
- Halachmi, A. (2005), Governance and risk management: challenges and public productivity. *International Journal of Public Sector Management*, Vol. 18 Iss: 4, pp. 300 – 317.
- Henriques, José M. (1990), *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher Publicações.
- Henriques, José M. (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: learning from European Experimental Programmes*, Dissertação de Doutoramento em Economia, Lisboa, ISCTE.
- Henriques, José M. (2007), "Desintegração Local e Governança: discursos e possibilidades", em I. Salavisa, W. Rodrigues e S. Mendonça (eds), *Inovação e Globalização: estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*, Porto, Campo de Letras.
- Henriques, José M. (2010), *Crise, Economia Social e Solidária e "Integração Económica" na Acção Contra a Pobreza*, Boletim Temático.
- Henriques, José M. (2014), "Coesão Territorial e Desenvolvimento Local 'Revisitado': Perspectivas para o Programa Rede Social", policopiado.
- Henton, D., J. Melville, T. Amsler e M. Kopell (2005), *Collaborative Governance: A Guide for Grant makers*, Menlo Park, William and Flora Hewlett Foundation.
- Kooiman *et al.* (2008), "Interactive Governance and Governability: An Introduction", *The Journal of Transdisciplinary Environmental Studies*, vol. 7, n.º 1.
- Melucci, Albert (2001), *A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Monteiro, Alcides (2004), *Associativismo e Novos laços Sociais – As iniciativas de desenvolvimento Local em Portugal*, Coimbra, Quarteto.
- Moulaert, F. (2000), *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*, Oxford, Oxford University Press.
- Moulaert, F., D. MacCallum, A. Mehmood, A. Hamdouch, A. (eds) (2013), *The International Handbook On Social Innovation: Collective Action*, Camberley, Edward Elgar.

- Putnam, Robert D. (1993), *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- Putnam, Robert D. (1995), “Bowling alone: America's declining social capital”, *Journal of Democracy*, vol. 6: 1.
- Quivy, Raymond e Luc van Campenhoudt (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 3ª Edição, Lisboa, Gradiva.
- Siisiäinen, Martti (2000), Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam, comunicação apresentada no ISTR Fourth International Conference *The Third Sector: For What and for Whom?*, Trinity College, 5 a 8 Julho de 2000, Dublin.
- Stoker, G. (1998), “Governance theory: five propositions”, *International Social Science Journal* , vol. 50, n.º 155, pp. 17-28.
- Stoker, G. (2004), “Designing institutions for governance in complex environments: Normative rational choice and cultural institutional theories explored and contrasted”, *Economic and Social Research Council Fellowship*, Nº. 1.
- Tönnies (1887), *Gemeinschaft und Gesellschaft*, Leipzig.
- Viegas, José Manuel Leite (1986) “Associativismo e dinâmica cultural”, *Sociologia: problemas e práticas*, 1, pp. 103-121.
- Viegas, José Manuel Leite (2004) “Implicações democráticas das Associações Voluntárias: caso português numa perspetiva comparativa europeia”, *Sociologia: problemas e práticas*, 46, pp. 33-50.

ANEXOS

Anexo A – Seleção da Amostra

a) Ponderação das entrevistas

Território	Freq. Absoluta	Freq. Relativa	Freq. Rel.* Total de Entrev.	Nº Entrevistas
Freguesia de Peniche	29	0,54	3,76	3
Freguesia Atouguia da Baleia	19	0,35	2,46	2
Freguesia Ferrel	3	0,06	0,39	1
Freguesia Serra d'El Rei	3	0,06	0,39	1
Total Geral	54			7

b) Associações Sorteadas

Território	Associações	Áreas de Intervenção
Freguesia de Peniche	Grupo Desportivo Costa Brava	Desporto
	Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Peniche	Saúde
	Grupo Desportivo de Peniche	Desporto
	ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche	Desenvolvimento Local
Freguesia Atouguia da Baleia	Associação Filarmónica União 1º de Dezembro 1902	Desporto, Cultural, Recreativa, Artes
	Associação Desportiva e Recreativa Casal Moinho	Desporto, Cultural, Recreativa, Infância
Freguesia Ferrel	Associação de Solidariedade de Ferrel	Idosos
Freguesia Serra d'El Rei	Serrana – Associação Desportiva e Cultural Recreativa Serra d'El Rei	Desporto, Cultural, Recreativa

Anexo B – Realização de Contactos

a) Tabela de síntese da realização dos contactos e das entrevistas

Associação	Data de Contacto	Data de Realização da Entrevistas	Local	Tempo de duração	Ficheiro
A1	5 Agosto 2014	6 Agosto 2014	Sede	00:27:01	A1.mp3
A2	5 Agosto 2014	6 Agosto 2014	Sede	00:39:51	A2. mp3
A3	5 Agosto 2014	8 Agosto 2014	Sede	00:58:45	A3.mp3
A4	5 Agosto 2014	7 Agosto 2014	Outro	00:44:22	A4.mp3
A5	5 Agosto 2014	12 Agosto 2014	Sede	00:22:15	A5.mp3
A6	5 Agosto 2014	7 Agosto 2014	Sede	00:27:07	A6.mp3
A7	5 Agosto 2014	28 Agosto 2014	Sede	00:33:27	A7.mp3
A8	5 Agosto 2014	10 Setembro 2014	Sede	00:49:52	A8.mp3
PL1	28 Julho de 2014	28 Julho de 2014	Sede	00:47:43	PL1.mp3
PL2	28 Julho de 2014	29 Julho de 2014	Sede	01:01:04	PL2.mp3
PL3	28 Julho de 2014	31 Julho de 2014	Sede	00:30:02	PL3.mp3
PL4	28 Julho de 2014	1 Agosto de 2014	Sede	00:45:52	Registo danificado
PL5	28 Julho de 2014	20 Agosto de 2014	Sede	00:50:30	PL5.mp3

b)E-mail de formalização do pedido de entrevistas

Assunto: Estudo do Associativismo - Entrevista aos presidentes das Associações

Caro Sr. Presidente XXX,

Atualmente, o Município de Peniche encontra-se a desenvolver um projeto de investigação em torno do **papel do associativismo para o desenvolvimento local**, com o objetivo de expandir e aprofundar o conhecimento no que diz respeito ao movimento associativo local e de, a partir daí, potenciar um suporte informativo de referência para elaboração da Carta Local do Associativismo.

Nesta fase vão ser realizadas um conjunto de entrevistas exploratórias através das quais serão abordadas oito associações locais, que foram selecionadas aleatoriamente a partir do critério da proporcionalidade, em que se considerou a proporção do universo associativo de cada freguesia no cômputo geral das associações concelhias.

Neste sentido, serve o presente para convidá-lo a colaborar no estudo, disponibilizando-se para conceder uma entrevista, com foi acordado previamente por via telefónica, que terá lugar no próximo dia XX de XXXXX de 2014, na sede da vossa coletividade sita na Rua XXXX, em XXX, às XXhXX.

Informamos que a entrevista será conduzida pela Dra. Cláudia Sofia Gomes, que integra a equipa municipal responsável pela investigação e que se encontra a desenvolver uma Tese de Mestrado cujo foco incide na dinâmica associativa do concelho.

Antecipadamente gratos pela atenção e colaboração prestada,

Com os melhores cumprimentos,

A Vereadora do Pelouro do Associativismo,

Clara Abrantes

Anexo C – Guião de Entrevistas

a) Entrevistas aos dirigentes Associativos

Dimensão	Questão
1.Fundação e Origem	1.1.O que originou a constituição da Associação? 1.2.Quais são as atividades que a associação desenvolve atualmente? 1.3.Pode descrever quais são os desafios, os problemas e os sucessos da sua associação?
2.Trabalho em Parceria	2.1.A vossa associação tem alguma parceria ou desenvolve alguma atividade/projeto em colaboração com outra entidade? Pode falar um pouco sobre essa experiência? 2.2.Como avalia em geral a experiência de trabalho em parceria ou em rede com as associações do Concelho de Peniche? 2.3.E como avalia a sua experiência?
3.Desenvolvimento Local	3.1 Hoje fala-se muito sobre o desenvolvimento local, o que é que isso significa para si? Porquê?
4.Contributo do Associativismo no Desenvolvimento Local	4.1.Na sua opinião qual é o papel das associações no desenvolvimento local? Como é que as associações podem contribuir para a resolução dos problemas locais e promover o bem-estar da comunidade? 4.2.E no contexto de Peniche, na sua opinião qual é o contributo das associações para o desenvolvimento local?
5.Liderança	5.1.Na sua opinião quem é que deve promover o bem-estar da comunidade e assegurar o seu desenvolvimento local? 5.2.Acha que os processos de desenvolvimento local devem ser dinamizados por algum tipo de liderança? Como é que esta liderança deve atuar?
6.Ação coletiva em prol do Desenvolvimento Local	6.1. <u>Condições de Partida:</u> 6.1.1. Considera que as associações do concelho de Peniche apresentam características muito semelhantes entre si ou há um desequilíbrio de recursos e influência entre elas? 6.2. <u>História de antagonismo e cooperação:</u> 6.2.1.Como avalia as relações entre as associações do concelho de Peniche? Considera que há história de cooperação ou de conflito? 6.3. <u>Incentivos à Participação:</u> 6.3.1.A Câmara Municipal de Peniche está interessada em promover o envolvimento das associações nos processos de Desenvolvimento Local e pretende organizar sessões de trabalho com as associações para trabalharem em conjunto estas questões. Qual a sua opinião sobre esta afirmação? A sua organização teria interesse em participar neste processo? Qual a vantagem de participar num processo destes?
7.Desenho Institucional	7.1.Quem é que deve participar nestas reuniões ou encontros? 7.2.Para o bom funcionamento acha que estas reuniões/encontros devem ter subjacentes alguma regra?
8.Outros Assuntos	8.1.Gostaria de abordar mais algum assunto relacionado com estes temas?

b)Entrevista aos representantes do Poder Local

Dimensão	Questão
1.Caraterização do Tecido Associativo	1.1.Como caracteriza o tecido associativo do Concelho de Peniche? Quais são os sucessos, desafios e dificuldades?
2.Trabalho em Parceria	2.1.Pode descrever a ligação entre a sua organização e as associações? 2.2. Como avalia em geral a experiência de trabalho em parceria ou em rede com as associações do Concelho de Peniche? 2.3.Como avalia a sua experiência? 2.4.O que mudaria?
3.Desenvolvimento Local	3.1. Hoje fala-se muito sobre o desenvolvimento local, o que é que isso significa para si? Porquê?
4.Contributo do Associativismo no Desenvolvimento Local	4.1.Na sua opinião qual é o papel das associações no desenvolvimento local? Como é que as associações podem contribuir para a resolução dos problemas locais e promover o bem-estar da comunidade? 4.2.E no contexto de Peniche, na sua opinião qual é o contributo das associações para o desenvolvimento local?
5.Liderança	5.1.Na sua opinião quem é que deve promover o bem-estar da comunidade e assegurar o seu desenvolvimento local? 5.2.Acha que os processos de desenvolvimento local devem ser dinamizados por algum tipo de liderança? Como é que esta liderança deve atuar?
6.Ação coletiva em prol do Desenvolvimento Local	<u>6.1. Condições de Partida:</u> 6.1.1. Considera que as associações do concelho de Peniche apresentam características muito semelhantes entre si ou há um desequilíbrio de recursos e influência entre elas? <u>6.2.História de antagonismo e cooperação:</u> 6.2.1.Como avalia as relações entre as associações do concelho de Peniche? Considera que há história de cooperação ou de conflito? <u>6.3.Incentivos à Participação:</u> 6.3.1.Acha que as associações estão motivadas para participarem em encontro/reuniões de trabalho para conjuntamente promoverem processos que de desenvolvimento local da sua comunidade?
7.Outros Assuntos	7.1.Gostaria de abordar mais algum assunto relacionado com estes temas?

Anexo D – Grelha Síntese de Análise

a) Grelha de Análise das entrevistas por dimensão de análise

	Desenvolvimento Local	Papel do Associativismo no Desenvolvimento Local	Parceria	Quem deve assegurar o desenvolvimento local
A1	Social (família e escola) Interligação entre entidades (poder local, associações e Igreja) • <i>“Devem estar o poder local, as associações e a Igreja (sociedade civil) tem de ser a interligação entre. É na ligação entre todas as entidades que deve ser feito o desenvolvimento.”</i>	Trabalhar com as famílias, escolas e sociedade. Interligação entre a sociedade (família, escola, poder local e associações). • <i>“As associações têm que estar englobadas na sociedade no seu todos, família, escola, poder local e associações.”</i>	Protocolo de cedência de instalações para a sua sede e para a prática desportiva.	Poder local e outras entidades ligadas ao poder central e local que têm apoios. • <i>“O poder local, são os nossos representantes eleitos por nós.”</i>
A2	População com um papel ativo na sociedade (cidadania). Económica (emprego). Interação entre empresas, associações de voluntariado, autarquia e populações. Aumento da qualidade de vida e bem-estar social. • <i>“Haver uma localidade organizada, com a população que tem um papel ativo na sociedade, interventiva que faça da cidadania uma forma de estar, ao abrigo do bem da nossa localidade e acima de tudo que hajam empresas e empresários e possam garantir emprego e condições de trabalho para os cidadãos que queiram cá residir para que quer os empresários quer as associações de voluntariado, quer a autarquia, quer as populações, todos estes elementos a interagir possam efetivamente garantir uma qualidade de vida para todos.”</i>	Papel importante. Interligação entre a autarquia e as empresas. Ajudar quem precisa e realização de atividades de ocupação de tempos livres das populações. Promover o voluntariado. • <i>“As associações têm um papel importante. Estão a preencher um vazio entre a autarquia e as empresas, existe aqui um intervalo em termos de interação que o voluntariado de instituições como a nossa, têm um papel importante no sentido de ocupação de algum tempo livre das populações, promover o sentimento de voluntariado, nem sempre está ativo, para ajudarmos a outras pessoas que precisam.”</i>	Protocolo de cedência de instalações e parceria com a mesma instituição.	Criação de entidade local. • <i>“Uma entidade local ou uma comissão que tutele o associativismo. (...)6 a 7 pessoas.”</i>
A3	Estagnação económica Depende da autarquia Economia Turismo - atrair pessoas • <i>“O desenvolvimento local estagnou. Tem de ser sempre com o apoio da autarquia. Trabalhando a imagem de Peniche desenvolve o concelho. Exemplo o turismo.”</i>	Passa pela parte financeira. Se as coletividades de Peniche fossem coletividades ricas, desenvolviam mais. • <i>“Passa tudo pela parte financeira. (...)Se as coletividades de Peniche fossem coletividades ricas, desenvolvíamos mais o clube e trazia cá mais gente.”</i>	Não tem protocolos. Bom relacionamento com as outras entidades e associações.	Peniche tem uma associação de desenvolvimento local. A Câmara. • <i>“Neste momento de crise só vejo o município”</i>
A4	Bem-estar Criação de projetos de âmbito social Consciência da cidadania luta pela sua localidade • <i>“Pode ser entendido no desenvolvimento da terra, na criação de bem-estar das terras, na criação de projetos de âmbito social. (...)A consciência da cidadania de cada pessoa, a</i>	Muito importante. As coletividades têm um papel interventivo muito forte nas iniciativas locais. Depende das pessoas que está à frente da coletividade. • <i>“O papel das associações continua a ser muito</i>	Não tem, mas cede as suas instalações a outras associações. Estão disponíveis para partilhar os seus recursos.	Contributo de todas as associações e entidades locais. A Câmara, mas reforça o papel da Junta de Freguesia. • <i>“O polo aglutinador disto deve ser a autarquia, não sei se devia</i>

	<i>peessoa tendo consciência enquanto contribuinte na sua terra, na sua zona de intervenção. As pessoas podem contribuir para o crescimento da sua terra em vários âmbitos, como reflexo do orgulho na sua localidade.</i>	<i>importante até porque as associações ainda interferem muito localmente em todas as iniciativas. (...) Cada coletividade tem um papel interventivo muito forte.</i>		<i>ser, mas à luz da realidade da nossa vivência de hoje e até pela falta de iniciativa e pela falta de paixão dos jovens.</i>
A5	Estagnação económica. Utilizar os recursos locais. Turismo - atrair pessoas. • <i>“É dar condições para as pessoas usarem o que está terra, no local. Comércio está praticamente parado, ao nível industrial cada vez menos.”</i>	Necessidade de haver mais interligação e parcerias entre Câmara, Junta e associações para a realização de eventos comuns.	Sim, nada formal, cada secção tem as suas parcerias. • <i>“Devia de haver mais parceria, mais envolvimento. Isto do associativismo, como o próprio nome diz "associa", e devia associar mais pessoas.”</i>	Junta de Freguesia
A6	Não respondeu	Importantes. Devem ajudar as pessoas mais necessitadas.	Não identificou, mas cede as suas instalações a outra entidade. • <i>“Com associações trabalhasse pouco, colabora-se pouco. As próprias direções deviam conviver mais, mas nem sempre é fácil conciliar as coisas.”</i>	Câmara, Junta de Freguesia e Associações.
A7	Melhorar a qualidade de vida das populações (dia-a-dia) Bem-estar social, conhecimento, Desenvolvimento económico. • <i>“Tudo quanto no dia-a-dia se pode fazer para melhor a qualidade de vida das populações.”</i>	Extremamente importantes. Respostas sociais nas diversas áreas que intervêm.	Têm parcerias/ligações com outras instituições (poder local, associações, etc). Participam sempre que são convidados. • <i>“Eu chamaria mais uma relação de interligação, de partilha de conhecimentos, de ligação entre os nossos utentes e as técnicas entre as outras associações”</i>	Criação de uma entidade aglutinadora – Federação de Associações Locais. • <i>“Entidade aglutinadora escolhida pelas diversas associações e eleitos para essa entidade, porque essa entidade para além de ter essa função aglutinadora e de gestão de todas as associações tinha de ter também uma função política.”</i>
A8	Conjunto de estratégias, metodologias, meios e recursos que visam no essencial promover o bem-estar económico e social das populações. Bem-estar e qualidade de vida se não tiver uma boa saúde, educação. Outro pilar é o do crescimento económico. • <i>“O conceito de desenvolvimento local tem a ver com um conjunto de estratégias, metodologias, meios e recursos que visam no essencial promover o bem-estar económico e social das populações, assente numa ideia de crescimento económico, como base de sustentabilidade porque as pessoas estão primeiro.”</i>	São importantes. Promover a qualidade de vida, segurança e bem-estar. Construindo identidades de território. • <i>“Fazem construindo identidades de território, a associação tem de ser qualquer coisa reconhecida pelo território. (...) É que depois temos aí meia dúzia de associações que são "masturbatórias", como costume dizer. Enquanto as associações não assumirem como primeiro objetivo criarem vínculos com o território, por território entenda-se as pessoas, e fazerem desse o reconhecimento da sua ação dificilmente terão sucesso.</i>	As associações serão tanto ou mais eficazes quanto mais parcerias tiverem. Os nossos projetos são sempre realizados em parceria. • <i>“Nós temos aqui um problema que é um problema cultural no associativismo português, na minha leitura. Somos uma espécie de párocos de uma aldeia que defende cada um a sua capelinha e portanto eu não posso dizer nada a ti porque ficas a saber tanto como eu e depois podes passar-me à frente. Portanto isto prejudica a cooperação interassociativa.(...) Eu penso que é esta a dimensão que devemos trabalhar, a dimensão da intercooperação, a dimensão da identidade cultural, a dimensão da partilha e depois uma outra dimensão que é a formação de dirigentes,</i>	A Câmara.

			<i>da formação de empreendedores associativos. Porquê? Porque nós não temos ninguém que queira ir para as associações hoje em dia.”</i>	
PL1	<p>Turismo potencialidade (natural e desportivo). Freguesia está a crescer. Câmara apoia mais a cidade.</p> <p>•“A X (...) [ganhou] em serviços, têm potencialidades naturais que podem desenvolver o turismo e o desportivo ao longo do ano.”</p>	São importantes, porque cobrem todas as áreas.	<p>Apoia todas as iniciativas com apoio logístico (maioritariamente) ou subsídio As associações comunicam as suas atividades, mesmo quando não solicitam apoio. Intermediária na relação entre as associações e outras entidades do poder local.</p> <p>•“As associações pedem apoio à X, mesmo quando não é preciso apoio comunicam à X. O apoio é maioritariamente logístico contudo, por vezes, a X colabora com um "pequeno" subsídio. (...) Também tem um papel importante de ligação entre as associações e Câmara Municipal.”</p>	Junta de Freguesia deve funcionar como um polo de desenvolvimento e de coordenação.
PL2	<p>Promover o património e cultura local - papel da Junta. Planeamento e desenvolvimento económico – papel da Câmara. Depende das pessoas que estão à frente das instituições. Sem planos não há desenvolvimento.</p> <p>•“Pode passar pelo planeamento, haver planos de pormenor para cada localidade, áreas industriais, portanto aí é o desenvolvimento económico, acaba por ser é o mais importante. Nós fazemos a parte que nos compete mais ao nível cultural, mais ao nível do desenvolvimento do nosso património histórico.(...) Sem planos não há desenvolvimento e aliás havendo desenvolvimento tem de haver planeamento.”</p>	<p>Muito importantes, principalmente na área cultural.</p> <p>•“Têm um papel importantíssimo. No desenvolvimento cultural da sua localidade.”</p>	<p>Apoia todas as iniciativas com apoio financeiro e logístico.</p> <p>•“Em termos de apoio da Junta de freguesia, praticamente é nulo. A Junta de freguesia não tem protocolos com associação nenhuma, apoia todas as atividades que as associações promovam. Agora se uma associação não tem atividades nenhuma o que vamos apoiar?”</p>	Junta de Freguesia.
PL3	<p>Já não há desenvolvimento. Centrado nas áreas económicas.</p> <p>•“Já lá vai o tempo em que havia desenvolvimento local...”</p>	<p>Muito importantes. Mobilizarem as pessoas.</p> <p>•“As associações devem ter um papel importante no desenvolvimento local, e tinham, mas enquanto tivermos uma crise da maneira que temos...”</p>	<p>Apoia. Concerta estratégias com as associações. Não tem havido desentendimentos, nem problemas.</p> <p>•“Na altura em que as direções tomam posse há, normalmente, uma reunião com o executivo da Junta, para formalizar o que é necessário e para conversarmos para que isto ande certo, para não haver desentendimentos entre a Junta e as associações, porque por vezes a cor política faz isso.”</p>	Câmara, Junta de Freguesia e a população em geral.
PL4	<p>Bem-estar social. Proximidade entre a Junta e as pessoas.</p>	<p>Muito importantes. Intervenção com a população.</p>	<p>Sempre que solicitados apoiam sempre as atividades, apoio logístico e financeiro.</p>	Não se posicionou.

			Têm alguns protocolos com algumas associações.	
PL5	<p>Áreas prioritárias/pilhars: educação, formação, família, saúde e proteção social.</p> <p>Importante desenvolver trabalho de intervenção com famílias, escolas e associações.</p> <p>Saúde, proteção social e desenvolvimento económico são tudo áreas importantes para o desenvolvimento local.</p> <p>Assenta nas pessoas.</p> <p>• <i>“No desenvolvimento local há certas áreas que acho extremamente prioritárias, que são: a questão da educação, a questão da formação e a questão da família, dos próprios valores da família. Isto são pilhars, que são importantes nós desenvolvermos ao nível da nossa sociedade. (...) Há aqui um trabalho a fazer com as escolas, com a X e até com as associações. Porque as associações podem ter um papel extremamente importante na responsabilização dos jovens e das crianças em conjunto com as famílias, através da prática desportiva através da recreação.”</i></p>	<p>Muito importantes.</p> <p>Intervêm em várias áreas. Algumas precisam se virar para fora e pensar numa lógica do bem comum, não do subsídio.</p> <p>• <i>“As associações têm várias áreas e às vezes estão muito viradas para dentro e elas têm de se virar para fora. Manter os seus princípios e perceber o quanto eu sou importante para o desenvolvimento local. (...)As associações têm de ser fieis aos seus princípios, mas têm de se virar para fora e perceber o quanto o seu papel é importante para o desenvolvimento local. Acho que eles não têm essa percepção”</i></p>	<p>Relação unilateral de solicitação de subsídio (dependência).</p> <p>Associações são interlocutoras das populações junto do poder local.</p> <p>• <i>“Há uma ligação unilateral. É muito uma relação de solicitar a colaboração da X naquilo que é necessário elas desenvolverem. Portanto há aqui uma ligação de, não sei se lhe posso chamar de dependência, mas sempre numa visão que “ nós vamos fazer isso mas com isso vamos contar com o que vamos pedir à X”.</i> Há uma ligação que tem a ver com a questão do próprio subsídio. No entanto já se começa a verificar que em certos lugares, que já se colocam de outra forma e colocam-se como sujeito interlocutor da própria população com a X.”</p>	Autarquias.

b) Grelha de Análise das entrevistas por dimensão de análise (continuação)

	Condições de partida	História de Cooperação/Antagonismo	Incentivos à participação	Desenho Institucional
A1	Há diferenças relativas à sua fundação e atividades.	Rivalidade na mesma atividade. • <i>“Alguma rivalidade quando estão na mesma atividade, mas acho que é salutar.(...) Há alguma história de cooperação podia haver mais, mas há.”</i>	Participam sempre. • <i>“Acho que é muito importante para o desenvolvimento da sociedade, tem de haver interação entre eles.”</i>	Reunir por área de intervenção. Agenda bem definida. • <i>“Neste âmbito acho importante unir esforços e unir entidades. O mais alargado possível e que seja viável.(...) Uma agenda bem definida do que se pretende e do que se vai fazer e uma coordenação superior da Câmara.”</i>
A2	Há diferenças em relação às atividades e aos recursos. As associações mais dinâmicas detêm mais recursos financeiros. Têm em comum a boa vontade. • <i>“Há diferenças pelas suas atividade e pelos seus recursos. Em termos de poder, cada uma tem o seu papel, umas mais dinâmicas e outras menos. (...) Umhas têm mais recursos financeiros porque conseguem dar mais dinamismos à sua atividade em termos financeiros e outras não conseguem.”</i>	Há mais cooperação. • <i>“Há bom relacionamento entre associações da mesma área (...) Entre associações de áreas diferentes não temos muito relacionamento.”</i>	Disponível para participar. Destaca a importância da partilha e troca de informações entre o poder local e outras associações. • <i>“Podemos trocar impressões com os órgãos camarários e com as outras associações com mais frequência, desabafar os nossos problemas e neste intercâmbio e troca de informações boas e menos boas pode vir sempre desta partilha ideias.”</i>	Com regularidade
A3	Há diferenças.	Há cooperação e partilha (cedência de espaços).	Sempre abertos ao diálogo e a participar em iniciativas.	Todas as associações. • <i>“As que não tiverem interessadas irão se autoexcluir naturalmente.”</i>
A4	São mais ao menos equilibradas. Há um padrão de generosidade, que é um padrão comum a todas.	Há cooperação. • <i>“Há uma história de cooperação na generalidade. Hoje é uma história de cooperação, de comunhão de ideias, de partilha de uns com os outros (materiais). E não há melhores nem piores, somos todas iguais.”</i>	Disponíveis para participar. • <i>“Tudo o seja para melhorar o comportamento, o relacionamento entre coletividades e entre pessoas, de enriquecimento, de valorização todos nós devemos estar disponíveis.”</i>	Todas as associações. Liderança transparente
A5	Há diversidade, principalmente pela população abrangida pelas atividades.	Colaboração em Peniche. • <i>“Conflito há sempre e também é positivo.”</i>	Sim. • <i>“Se todos estiverem com vontade de querer agarrar esta ideia e tirar este partido, porque realmente a união faz a força. E se realmente quisermos tirar partido desta união e promover as atividade não só da associação e do próprio concelho em si, acho que é uma mais-valia.”</i>	Agenda e pontos para debate. Moderador. • <i>“Convidar pessoas da própria população a participar.”</i>

A6	Não conhece.	Cooperam (empréstimo de materiais). •“ <i>Não há muito interesse em aprofundar relações [interassociações].</i> ”	Sim. •“ <i>Nós participamos sempre em tudo, é só uma questão de tempo.</i> ”	As associações.
A7	Há diferenças, relacionadas essencialmente pelo trabalho que desenvolvem. Semelhanças estão relacionadas pelo facto de todas trabalharem para o bem-comum. •“ <i>De uma maneira geral todas têm uma função social, embora à sua maneira. Com espaços físicos diferentes, com pensamento diferentes, com objetivos diferentes mas todas elas têm funções idênticas.</i> ”	Estreita colaboração e partilha. •“ <i>A ligação com outras associações demonstra que há em termos associativos uma ligação forte e todas as associações do nosso concelho, de uma maneira geral partilham o seu conhecimento e os próprios meios.</i> ”	Participam sempre. •“ <i>O problema é nós darmos por bem empregue esse tempo. Uma reunião, por exemplo com dirigentes associativos tem de ser uma coisa que tenha uma dimensão aliciante</i> ”	Horários pós-laborais. Espaçadas no tempo. •“ <i>Iniciar os trabalhos por freguesia e depois poder partir para uma coisa ao nível do Concelho, é preciso perceber o que funciona e o qual é a vontade de cada um.</i> ”
A8	São completamente distintas, no que se refere a atividades e recursos. •“ <i>Nós temos uma panóplia de situações que aponta para uma diversidade imensa daquilo que são as organizações cá em Peniche. Depois tens aquelas associações que são emblemáticas nas terras.</i> ”	Há cooperação quando há empatia pessoal. Não há essa cultura instalada. •“ <i>Eu acho que não, há histórias de cooperação quando empatia pessoal entre dirigentes. Isto é conhecimento pessoal, não é uma cooperação interinstitucional, acaba por resultar nisso, mas resulta de conhecimento que é prévio, eu diria que não há essa cultura instalada.</i> ”	A associação participa sempre. Problema é a disponibilidade e o interesse em manter a participação.	Devem participar os dirigentes associativos. •“ <i>Devem haver encontros claramente formativos, com dinâmicas de grupos, é preciso dizer às pessoas que hoje há procedimentos obrigatórios. (...) Dimensão de criatividade, "workshops de associativismo criativo", é pensar que as pessoas estão nas suas comunidades que têm as suas indossicracias mas que também têm as suas particularidades que podem ser potenciadas na ação associativa e portanto é preciso ser criativo. Dimensão de parceria territorial, que era juntar os agentes associativos com os chamados agentes locais, com o Centro de Emprego, com a Câmara, a autoridade policial, para num plano da mediação estabelecer potencialidades de parceria.</i>
PL1	Há diferenças. •“ <i>Há associações que têm uma intervenção com maior impacto e contínua e outras que têm atividades mais específicas.</i> ”	Há muita cooperação entre associações da mesma freguesia e interfreguesias e com instituições do poder local.	Associações estão disponíveis para participar.	
PL2	Cada caso é um caso. •“ <i>Há muita disparidade entre elas, até em termos de instalações, estão todas bem servidas, umas mais outras menos.</i> ”	Há cooperação interassociativa (entre associações de diferentes localidades). •“ <i>Na mesma localidade, onde há mais do que uma associação normalmente funcionam mal, as associações gostam de ser independentes e não se associam muito dentro da mesma localidade. Quer dizer, dentro da mesma localidade para se formarem várias associações é que existe vários focos de pessoas. (...)Com localidades diferentes tenho notado que funciona muito bem.</i> ”	Acho que sim, se envolverem Câmara e Junta de Freguesia. •“ <i>Se se conseguisse realizar encontros entre associações, presidente de câmara e junta de freguesia eu penso que funcionaria. eu só tenho algum receio que depois comecem a puxar cada um para o seu lado e depois toda a gente quer e depois não se consegue contentar todos. Mas pelo menos dar conhecimento dos seus problemas e</i>	

			<i>ir incentivando que se façam esses melhoramentos."</i>
PL3	Muito diferentes. • <i>"Há umas mais pequenas com menos atividades, têm o seu bar e as pessoas convivem e fazem o seu bailarico. (...) Há outras que têm muitas atividades permanentes."</i>	Há um bom relacionamento entre as associações. • <i>"Nunca tivemos qualquer conflito entre associações, todas se dão bem e partilham recursos."</i>	Julga sim.
PL4	Diferentes. Umhas mais pequenas e outras com atividades permanentes.	Um pouco das duas. Depende das pessoas que estão à frente. • <i>"Há alguma rivalidade entre associações que desenvolvem o mesmo tipo de atividades." (...)</i> "O problema do associativismo em Peniche é que cada um fica na sua capelinha e andamos aqui a brincar às capelinhas."	Sim.
PL5	Diferentes. Abordagem em prol do desenvolvimento territorial Vs. desenvolvimento de atividades. • <i>"Umhas estão muito relacionadas com o desenvolvimento territorial e outras muito relacionadas com o desenvolvimento da sua atividade para um fim que acaba por partilhar com a própria comunidade."</i>	Não há treino no sentido da cooperação. A cooperação que existe está ligada à partilha de recursos. • <i>"Não há muito treino nesse sentido, depende dos territórios também... no sul território Y há esse treino, há outros lugares que nem por isso. Eu acho que isso é uma questão de trabalho, não é tanto numa perspectiva de "não há cooperação porque que eu não quero ter cooperação", não! Não há cooperação porque nunca foi posto isso nessa forma."</i>	Sim. As associações são fáceis de mobilizar. • <i>"Agora são pessoas que não têm muito tempo na vida, porque são pessoas que trabalham têm a sua vida pessoal e tudo isto é na base do voluntariado, portanto nós temos de ter consciência disto e estas questões para que se mobilizem e para que se chegue a este fim tem de ser tudo muito objetivo."</i>